

O setor de agropecuária teve queda de 1,7% no ano

PIB cresceu 2,9% e fechou o ano em R\$ 9,9 trilhões

O crescimento da economia em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador



Divulgação

O Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país) caiu 0,2% no quarto trimestre de 2022, mas encerrou o ano com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões. Já o PIB per capita alcançou R\$ 46.155 no ano passado, um avanço, em termos reais, de 2,2% em relação ao ano anterior. Segundo o IBGE, na indústria, o maior destaque foi a atividade eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,1%), que teve bandeiras tarifárias mais favoráveis em 2022. "O crescimento dessa atividade está muito relacionado à recuperação em relação à crise hídrica de 2021. Além do crescimento da economia, houve o desligamento das térmicas, diminuindo os custos de produção, o que contribui para o

aumento do valor adicionado da atividade." No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 5,5%, enquanto as importações de bens e serviços subiram 0,8%. A desaceleração da economia brasileira em 2022 sugere um ritmo mais modesto de crescimento neste ano. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda disse que o aumento dos juros somado à inadimplência crescente dificultou a tomada de crédito e os investimentos produtivos, levando à retração da atividade industrial. Esse cenário foi parcialmente contrabalanceado pelo setor de serviços, estimulado por reajustes nos valores do programa de transferência de renda, liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pelo crescimento da massa salarial ao longo do ano. **PÁGINA 2**

Investimentos

José Cruz - Agência Brasil



Lula: PIB mostra que economia não cresceu

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na quinta-feira, 2, que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) divulgado no período da manhã mostra que a economia brasileira não cresceu "nada" no ano passado. Segundo ele, o compromisso agora é fazer o País voltar a crescer e fazer investimentos, para gerar empregos e renda. **PÁGINA 2**

Estudo

Haddad admite trocas no PPI da Petrobras

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na quinta-feira, 2, que alterações no Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras fazem parte da agenda do Ministério de Minas e Energia (MME). "Vamos colocar os nossos melhores quadros à disposição do MME para encontrar alternativas para que não pesem no bolso do consumidor." **PÁGINA 3**

Mais pessoas

Governo anuncia um novo Bolsa Família

PÁGINA 3

AGRESSÕES

Um terço das mulheres brasileiras já sofreu violência de parceiros

Marcelo Camargo - ABr



O número equivale a **21,5 milhões** de vítimas e é maior que a média global de casos, **27%**

PÁGINA 8

Atos golpistas

Moraes discute situação de presos com o Senado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu na quinta-feira (2) em seu gabinete oito senadores para tratar das condições de encarceramento dos presos pelos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes do Três Poderes foram invadidas e depredadas. Após o encontro, o senador Rogério Marinho (PSDB-RN) disse esperar que mais detidos sejam soltos "nos próximos 15 a 20 dias". Ele disse ter havido sinalização do ministro pela rápida liberação de pessoas que não tenham cometido atos criminosos. **PÁGINA 6**

DEMANDA RECUA

Marfrig reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 628 milhões no 4º trimestre

Marcelo Camargo - ABr



PÁGINA 3

IBOVESPA 103.325,61 ↓ -1,01%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ENERGIAS BR ON NM	22.52	+14.72%	+2.89
BRF SA ON NM	6.74	+3.85%	+0.25
BRASKEM PNA N1	20.47	+3.65%	+0.72
EMBRAER ON NM	17.38	+2.90%	+0.49
MELIUZ ON NM	0.810	+2.53%	+0.020

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
QUALICORP ON NM	4.44	-5.13%	-0.24
BRASIL ON EX NM	37.43	-4.03%	-1.57
3R PETROLEUM ON NM	31.290	-4.02%	-1.310
REDE D OR ON NM	23.680	-3.90%	-0.960
MINERVA ON NM	11.00	-3.59%	-0.41

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	24.64	-2.61%	-0.66
VALE ON NM	89.00	-0.22%	-0.20
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	24.18	-3.28%	-0.82
PETRORIO ON NM	33.96	+1.74%	+0.58
ENERGIAS BR ON NM	22.52	+14.72%	+2.89

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.003,57	+1,05%
S&P 500	3.981,35	+0,76%
NASDAQ	11.462,98	+0,73%
DAX 30	15.327,64	+0,15%
FTSE 100	7.944,04	+0,37%
IBEX 35	9.324,90	+0,021%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,203	5,202	↑ 0,25%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,026	0,026	↑ 0,07%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,509	5,512	↓ -0,38%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,214	6,216	↓ -0,27%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
308,63	USD\$ 1.835,84	

CICLO CONTRACIONISTA

Economia cresceu 2,9% e fechou o ano passado em R\$ 9,9 trilhões

A desaceleração do ritmo de crescimento em 2022, com retração já observada no último trimestre, repercute a reduzida liquidez no ambiente externo e o ciclo contracionista da política monetária

O Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país) caiu 0,2% no quarto trimestre de 2022, mas encerrou o ano com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões. Já o PIB per capita alcançou R\$ 46.155 no ano passado, um avanço, em termos reais, de 2,2% em relação ao ano anterior.

Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado na quinta-feira (2), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento do PIB em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador. Por outro lado, a agropecuária recuou 1,7% em 2022.

"Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano", disse, em nota, a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

"As duas atividades que mais chamam atenção estão entre as que mais cresceram em 2021, após as quedas de 2020: transportes e outros serviços, que inclui categorias de serviços pessoais e serviços profissionais. Foi uma continuação da retomada da demanda pelos serviços após a pandemia de covid-19. Em outros serviços, podemos destacar setores ligados ao turismo, como serviços de alimentação, serviços de alojamento e aluguel de carros", acrescentou Rebeca.



As indústrias de transformação tiveram variação negativa de 0,3%, principalmente pela queda na fabricação de produtos de metal; móveis e madeira

Segundo o IBGE, na indústria, o maior destaque foi a atividade elétrica e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,1%), que teve bandeiras tarifárias mais favoráveis em 2022.

"O crescimento dessa atividade está muito relacionado à recuperação em relação à crise hídrica de 2021. Além do crescimento da economia, houve o desligamento das térmicas, diminuindo os custos de produção, o que contribui para o aumento do valor adicionado da atividade. Ademais, a atividade de construção, com alta de 6,9%, corroborada pelo aumento na sua ocupação, foi influenciada pelo ano eleitoral, que sempre apre-

teve queda de 1,7% no ano, decorrente do decréscimo de produção e perda de produtividade da atividade agrícola, que suplantou a contribuição positiva das atividades de pecuária e pesca.

"A soja, principal produto da lavoura brasileira, com estimativa de queda de produção de 11,4%, foi quem mais puxou o resultado da agropecuária para baixo no ano, sendo impactada por efeitos climáticos adversos", explicou a pesquisadora.

Na análise da despesa, houve alta de 0,9% da Formação Bruta de Capital Fixo, que são os investimentos, segundo ano consecutivo de crescimento. A despesa de consumo das famílias avançou 4,3% em relação ao ano anterior e a despesa do con-

sumo do governo, por sua vez, cresceu 1,5%. No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 5,5%, enquanto as importações de bens e serviços subiram 0,8%.

A desaceleração da economia brasileira em 2022 sugere um ritmo mais modesto de crescimento neste ano. É o que avalia a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, em nota divulgada após o IBGE apresentar o resultado anual do PIB.

"A desaceleração acentuada do ritmo de crescimento em 2022, com retração já observada no último trimestre, repercute, sobretudo, a reduzida liquidez no ambiente externo e o ciclo contracionista da política

monetária, aumentos da taxa básica de juros, a Selic", diz a nota da SPE.

A SPE acrescenta que o "aumento dos juros somado à inadimplência crescente dificultou a tomada de crédito e os investimentos produtivos, levando à retração da atividade industrial". "Esse cenário foi parcialmente contrabalanceado pelo setor de serviços, estimulado por reajustes nos valores do programa de transferência de renda, liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pelo crescimento da massa salarial ao longo do ano", destacou.

A secretária diz ainda que o crescimento das exportações, repercutindo principalmente o aumento nos preços das commodities (produtos primários com cotação internacional), também colaborou positivamente.

No curto prazo, a expectativa é de recuperação da atividade econômica, impulsionada pela previsão do IBGE de crescimento de 14,7% para a produção de grãos em 2023.

"Apesar do alto endividamento das famílias, a dinâmica positiva que segue sendo verificada no mercado de trabalho, a valorização real do salário mínimo e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) também devem contribuir para a atividade nos primeiros meses desse ano", acrescentou a SPE.

Em contrapartida, a secretária cita como fator negativo para o crescimento econômico os juros básicos, atualmente em 13,75% ao ano, o maior patamar desde janeiro de 2017.

Lula diz que PIB mostra que economia brasileira não cresceu nada em 2022

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na quinta-feira, 2, que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) divulgado no período da manhã mostra que a economia brasileira não cresceu "nada" no ano passado. Segundo ele, o compromisso agora é fazer o País voltar a crescer e fazer investimentos, para gerar empregos e renda.

"Hoje (quinta-feira) foram publicados os dados do último trimestre do ano passado. A economia brasileira não cresceu nada, nada no ano passado. Então, o desafio que temos agora é fazer a economia voltar a crescer, e temos que fazer investimentos", disse Lula, durante o lançamento do programa Bolsa Família.

Conforme informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro caiu 0,2% no quarto trimestre

de 2022 ante o terceiro trimestre de 2022. O resultado veio abaixo da mediana (-0,1%) das estimativas dos analistas consultados pela reportagem, que esperavam desde um recuo de 0,9% a uma alta de 0,4%.

O presidente afirmou que o governo não está prometendo que o Bolsa Família "vai resolver todos os problemas da sociedade" e afirmou que é necessário, em paralelo, uma política econômica de geração de emprego e transferência de renda, através de salários.

Como uma das medidas, o presidente afirmou que não pode permitir que obras continuem paralisadas no País e que é necessário retomar todas que estão suspensas, de diferentes setores.

"Nos últimos quatro anos, o ex-presidente investiu apenas R\$ 20 bilhões em obras de infraestrutura. Nós, somente este ano,

já anunciamos R\$ 23 bilhões, ou seja, em um ano, vamos colocar mais dinheiro do que eles colocaram em quatro. Isso deve valer para educação, pra saúde, pra casa, pra escola, pra creche, porque senão não gera o emprego que precisa gerar."

Lula afirmou que, para economia crescer, é necessário investimentos privados, mas também ressaltou a importância de investimentos públicos.

Segundo ele, bancos públicos vão voltar a investir recursos para gerar emprego, desenvolvimento e distribuição de renda efetiva. "Só vai gerar emprego se a economia crescer e, é preciso, primeiro, que haja investimento privado e, se não houver investimento privado, que haja investimento público. Não é que a gente quer que o Estado faça as coisas que o privado tem que fazer, mas, se o governo federal não investir dinheiro como indu-

tor do desenvolvimento, nada vai acontecer."

O presidente da República sugeriu que o Ministério Público faça um convênio entre Estados e Ministério do Desenvolvimento Social para fiscalizar o recebimento do novo Bolsa Família, diante da alta de casos de fraude no sistema para receber o benefício. Segundo ele, o compromisso de todos é de fiscalizar programa para que dê certo.

"Esse não é um programa de um governo, de um presidente da República, é um programa da sociedade brasileira e que só vai dar certo se a sociedade assumir a responsabilidade de fiscalizar o cadastro único que estamos fazendo", disse o chefe do Executivo. "O programa tem que chegar somente na mão de quem precisa", completou, pedindo ajuda na fiscalização séria de todos, incluindo da imprensa brasileira.

"Não queremos intermediários", destacou Lula. "Somente quem tem que saber quem vai receber são vocês e a Caixa Econômica Federal"

O presidente reforçou o anúncio já feito pela presidente da Caixa, Rita Serrano, no evento, dizendo que o pagamento do novo Bolsa Família começará no dia 20.

Lula afirmou que o programa é apenas um pedaço das coisas que o governo precisará fazer. "Não vai resolver todos os problemas", disse.

Segundo ele, alinhado ao benefício, tem que vir política de crescimento econômica, geração de empregos e transferência de renda através dos salários.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o resultado mais fraco sugere arrefecimento da atividade para este ano.

"A razão evidente é que

houve uma reação do Banco Central às atitudes do governo anterior no período eleitoral, que ensejou o aumento da taxa de juros e que explica essa desaceleração. Tudo que nós estamos fazendo agora é para reverter esse quadro para que o Brasil possa retomar uma curva ascendente de crescimento do PIB. Nós estamos em uma curva descendente agora", afirmou Haddad, ao chegar à sede da pasta.

O ministro disse que o governo não trabalha com perspectiva de recessão, mas ponderou que a manutenção da Selic em 13,75% ao ano enseja uma desaceleração da economia.

"As medidas que estamos tomando vêm justamente ao encontro do desejo do BC em reduzir as taxas de juros para que a economia não sofra os efeitos da política monetária", repetiu o ministro da Fazenda.

Questionado sobre os ataques da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, Haddad respondeu que respeita o posicionamento do partido, mas lembrou que a Fazenda se manifesta "de maneira institucional" em relação à autoridade monetária.S

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcspp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaispp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ALTERNATIVAS

Haddad admite que mudança do PPI da Petrobras já faz parte da agenda

O ministro afirmou que o governo vai colocar os melhores quadros à disposição do MME para encontrar alternativas para que não pesem no bolso do consumidor as eventuais variações

Questionados sobre possíveis mudanças na política de preços da Petrobras, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na quinta-feira, 2, que alterações no Preço de Paridade de Importação (PPI) da empresa fazem parte da agenda do Ministério de Minas e Energia (MME).

"Vamos colocar os nossos melhores quadros à disposição do MME para encontrar alternativas para que não pesem no bolso do consumidor as eventuais variações do preço internacional (do petróleo), que penalizaram muito a população no último governo. Chegou-se a pagar R\$ 10 no litro da gasolina", afirmou, ao chegar à sede da Fazenda.

Haddad lembrou que o novo presidente da Petrobras, o ex-senador Jean Paul Prates (PT-RN), só assumiu agora o controle da empresa

"Temos aí um mês e meio para que haja mudança de Conselho e de diretoria, e vamos tratar com toda a seriedade este assunto, que é delicado e envolve a relação do Brasil com o mundo. Nós somos importadores de derivados e tudo isso tem que ser visto com muita cautela", completou o ministro da Fazenda, lembrando que esse foi um pedido do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula afirmou na quinta-feira que as empresas e bancos do País precisam, primeiro, pensar no melhor para o desen-



Haddad: "temos aí um mês e meio para que haja mudança de Conselho e de diretoria, e vamos tratar com toda a seriedade este assunto, que é delicado"

volvimento econômico do Brasil e, em segundo lugar, nos acionistas. Ao criticar o lucro recorde da Petrobras, divulgado na quarta-feira, 1º de março, o presidente disse que "não podemos aceitar a notícia".

"A Petrobras entregou de dividendos mais de R\$ 215 bilhões quando ela deveria ter

investido metade no crescimento econômico desse país, na indústria brasileira, naval e óleo e gás", declarou Lula.

Segundo ele, ao invés de a estatal investir no País, "ela resolveu agradecer os acionistas minoritários com R\$ 215 bilhões". A empresa fechou 2022 contabilizando recordes de lucros e dividendos, mas

sob forte pressão de políticos ligados ao PT em função do pagamento bilionário a acionistas.

A estatal vai distribuir uma cifra total recorde de R\$ 215,7 bilhões, referente a 2022, mais do que o dobro do que foi pago em 2021.

Para se ter dimensão dos valores envolvidos, com esse

montante é possível bancar três vezes o orçamento atual do Bolsa Família. O valor dos dividendos supera o lucro da empresa.

"No nosso tempo, a Petrobras era uma empresa de desenvolvimento desse país, agora é uma empresa exportadora de óleo cru. Não foi pra isso que descobrimos o pré

sal", pontuou Lula. "É importante saber que as empresas brasileiras, bancos brasileiros, têm que pensar primeiro nesse país para depois pensar nos seus lucros, nos seus acionistas, vai ser assim daqui para frente para a gente poder mudar a história do país", finalizou o discurso.

A Petrobras afirmou na quinta-feira, 2, em esclarecimentos às notícias divulgadas da mídia, que no âmbito da Diretoria e do Grupo Executivo de Mercado e Preços, não há qualquer discussão para que a companhia altere sua Política de Preços.

Em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato da volatilidade externa e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais.

"Qualquer alteração deverá ser debatida pelos órgãos internos de governança da Petrobras, especialmente a diretoria e o Conselho de Administração, e será divulgada ao mercado", afirma a estatal

A estatal anunciou no período da noite da quarta-feira, 1º de março, um lucro histórico de R\$ 188,3 bilhões, sendo 76,6% superior ao apurado no ano anterior. O desempenho foi puxado pelos altos preços do petróleo e derivados no mercado internacional como desdobramento da guerra na Ucrânia.

RENDA MAIOR

Governo anuncia o novo programa do Bolsa Família

O ministro do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, Wellington Dias, afirmou que 700 mil famílias que passavam fome no País voltarão a ser atendidas pelo Bolsa Família, relançado na quinta-feira, 2. De acordo com o ministro, cerca de 20 milhões de famílias e 55 milhões de pessoas são atendidas pelo programa.

De acordo com o programa, todas as pessoas da família, independentemente da idade, terão direito a uma renda mínima. Com o novo Bolsa Família, o governo pretende proporcionar pelo menos R\$ 142 por pessoa em cada casa.

Além disso, o novo Bolsa Família terá duas regras. Uma é a de regra de proteção: "Se a família melhorar de vida, a renda dela pode aumentar até meio salário mínimo per capita sem que ela saia de imediato do programa", definiu o governo. Outra é um retorno garantido: "As famílias que se desligarem voluntariamente do programa ou perderem renda e precisarem voltar ao programa, terão prioridade no retorno."

A resposta prevista na regra de proteção já era delimitada no Auxílio Brasil, programa de benefício social do governo de Jair Bolsonaro. Hoje, quem recebe o benefício do governo federal e tem um emprego pode continuar recebendo por mais dois anos, desde que a renda familiar não ultrapasse R\$ 525.

De acordo com o novo programa, todas as famílias beneficiárias receberão um valor mínimo de R\$ 600 e serão cria-

dos dois benefícios complementares. Com os novos parâmetros do programa, todas as famílias beneficiárias receberão um valor mínimo de R\$ 600. Além disso, haverá um complemento de R\$ 150 para cada criança de até 6 anos e de R\$ 50 para cada integrante da família com idade entre 7 e 18 anos incompletos e para gestantes.

Sobre as fraudes, o ministro afirmou que foram encontradas pessoas com cerca de nove salários mínimos no programa. "Fraudes não vão mais acontecer porque vamos tornar o Cadastro Único mais eficiente", garantiu, destacando que o Cadastro Único e Bolsa Família vão voltar a ter fiscalização. "Vamos pactuar rede com MPF, CGU e TCU para fiscalizar cadastro e Bolsa Família."

O ministro afirmou ainda que o governo trabalha para que não haja fila para receber os benefícios do Bolsa Família. A meta, segundo ele, é chegar ao fim do ano com número residual na fila.

Hoje, o governo analisa uma fila de 900 mil pessoas para entrada no programa. Mas, segundo o ministro, todos os cálculos apontam que o número de famílias assistidas ficará abaixo dos 20 milhões. "Em março, devemos ultrapassar R\$ 1,5 milhão de pessoas que não preenchem os requisitos do Bolsa Família", disse, completando que algumas já saíram voluntariamente e as demais deixarão de receber o benefício.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que, para o sucesso do pro-

grama, é necessário que haja fiscalização.

Lula sugeriu que o Ministério Público faça um convênio entre Estados e Ministério do Desenvolvimento Social para fiscalizar o recebimento do novo Bolsa Família, diante da alta de casos de fraude no sistema para receber o benefício. Segundo ele, o compromisso de todos é de fiscalizar programa para que dê certo

"Esse não é um programa de um governo, de um presidente da República, é um programa da sociedade brasileira e que só vai dar certo se a sociedade assumir a responsabilidade de fiscalizar o cadastro único que estamos fazendo", disse o chefe do Executivo. "O programa tem que chegar somente na mão de quem precisa", completou, pedindo ajuda na fiscalização séria de todos, incluindo da imprensa brasileira.

"Não queremos intermediários", destacou Lula. "Somente quem tem que saber quem vai receber são vocês e a Caixa Econômica Federal"

O presidente reforçou o anúncio já feito pela presidente da Caixa, Rita Serrano, no evento, dizendo que o pagamento do novo Bolsa Família começará no dia 20.

Lula afirmou que o programa é apenas um pedaço das coisas que o governo precisará fazer. "Não vai resolver todos os problemas", disse.

Segundo ele, alinhado ao benefício, tem que vir política de crescimento econômica, geração de empregos e transferência de renda através dos salários.

DÍVIDA DISPARA

Marfrig reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 628 milhões

A Marfrig Global Foods encerrou o quarto trimestre de 2022 com prejuízo líquido de R\$ 628 milhões, revertendo lucro líquido de R\$ 650 milhões em igual período de 2021, informou a companhia, depois do fechamento do mercado. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R\$ 2,2 bilhões, recuo de 52,1% ante o quarto trimestre de 2021. O Ebitda ajustado recuou 46,8%, de R\$ 4,181 bilhões para R\$ 2,225 bilhões no quarto trimestre de 2022, enquanto a margem do Ebitda ficou em 6% contra 17,5% um ano antes. Já a receita líquida aumentou 56,2% nos últimos três meses do ano, de R\$ 23,94 bilhões em 2021 para R\$ 37,38 bilhões em 2022.

De acordo com a empresa, a dívida líquida subiu 76,4%, de R\$ 21,92 bilhões para R\$ 38,68 bilhões no período. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado, passou de 1,51 vez no quarto trimestre de 2021 para 2,99 vezes em reais e 2,95 vezes em dólares no quarto trimestre de 2022. O fluxo de caixa livre da companhia ficou em R\$ 936 milhões no período. A Marfrig informou, ainda, que realizou pagamentos de mais de R\$ 600 milhões em dividendos a seus acionistas.

A operação América do Norte, capitaneada pela National Beef, registrou receita líquida de R\$ 16 bilhões (US\$ 3 bilhões) no quarto trimestre, recuo de 10,3% em relação a igual período de 2021. O Ebitda ficou em R\$ 751 milhões (US\$ 144 milhões), queda de 81,1% na mesma base comparativa. Além disso, o lucro

bruto recuou 69,5% ante o ano anterior, para US\$ 244 milhões. Já a margem bruta foi de 8%, 17 pontos percentuais abaixo da registrada no mesmo período de 2021. A National Beef representa, atualmente, 43% da receita líquida total da Marfrig.

Nos últimos três meses do ano, o volume total comercializado pela unidade de negócio foi de 559 mil toneladas, aumento de 7,6% na comparação interanual. Do total, 487 mil toneladas foram destinadas ao mercado interno dos EUA, enquanto 72 mil toneladas foram para exportação.

No acumulado de 2022, a receita líquida da Operação América do Norte foi de US\$ 11,9 bilhões, uma expansão de 1,7% em relação ao ano anterior. "Em razão do maior volume de vendas e maior preço médio de exportações (11,2% a mais do que em 2021), que compensaram o menor preço médio no mercado doméstico", diz a empresa em comunicado.

O Ebitda ajustado atingiu US\$ 1,3 bilhão e a margem Ebitda ajustada foi de 11,1%. No ano, o volume total de vendas da foi recorde, com 2,1 milhões de toneladas (+2,3% ante 2021). As vendas no mercado doméstico nos EUA representam 87% do total. Os principais mercados premium internacionais, como Japão e Coreia do Sul, foram destinos de aproximadamente 60% do volume de vendas.

"Até meados de 2022 o consumo de carne bovina e a oferta ajudaram no desempenho. No fim do último ano, a demanda pela proteína no mercado

doméstico caiu e as margens ficaram levemente mais baixas. A queda se deu em razão da pressão inflacionária", disse o CEO da Operação América do Norte da Marfrig, Tim Klein. "Para 2023, nós projetamos margens melhores, com desempenho sólido. Não há nada no horizonte que nos preocupe."

Já a Operação América do Sul, que engloba Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, teve desempenho melhor no período. A receita líquida da unidade subiu 9,5%, para R\$ 6,6 bilhões no quarto trimestre de 2022. O lucro bruto da operação somou R\$ 928 milhões nos três últimos meses de 2022, alta de 67,6% na comparação com o quarto trimestre de 2021. O Ebitda alcançou R\$ 529 milhões, com margem Ebitda de 8%. A operação representa 18% da receita líquida total da Marfrig, enquanto BRF abocanha 39%. O volume de vendas da foi de 377 mil toneladas, 10,7% maior na comparação anual.

No acumulado do ano, a receita líquida da Operação América do Sul bateu novo recorde, chegando a R\$ 27,6 bilhões, uma expansão de 22,6% sobre 2021. O resultado é explicado pelo aumento de 14,2% no preço médio total de vendas e, principalmente, pelo incremento de 23,6% no preço médio, em dólares, das exportações. O Ebitda ajustado da operação alcançou R\$ 2,3 bilhões, avanço de 157% em bases anuais. A margem Ebitda ajustada ficou em 8,4%, e o lucro bruto foi de R\$ 3,7 bilhões, 93% maior na mesma base comparativa.

PRESSÃO DOS CUSTOS

INAUGURAÇÕES

Lucro líquido da Ambev subiu 35,7% e chegou a R\$ 5 bilhões

A empresa brasileira espera enfrentar menos pressão de custos em 2023, com a redução de 4,7% na taxa média de hedge e prevê alta do CPV por hectolitro

A Ambev apresentou lucro líquido de R\$ 5,083 bilhões no quarto trimestre de 2022, alta de 35,7% em relação ao mesmo período de 2021. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 7,109 bilhões, alta de 4,8% no conceito "re-reportado" e de 27,4% no conceito "orgânico".

A Receita Líquida foi de R\$ 22,693 bilhões entre outubro e dezembro, alta orgânica de 21,5% ante igual etapa do ano anterior.

Em seu release de resultados, a companhia explica que o desempenho foi puxado principalmente pelo crescimento da receita líquida por hectolitro (ROL/hl) de 19,7% no quarto trimestre de 2022.

"Em 2023, à medida que procuramos manter nosso momentum de receita líquida construído nos últimos três anos, esperamos que nosso crescimento da receita seja mais impulsionado pelo desempenho da receita líquida por hectolitro do que pelo volume", escreve a companhia.

A Ambev viu seu volume crescer 1,5% no total e chegou a 52 milhões de hectolitros. No ano, a companhia teve volume de 186 milhões de hectolitros,



Fábrica da Ambev: a companhia explica que o desempenho foi puxado principalmente pelo crescimento da receita líquida por hectolitro (ROL/hl) de 19,7%

com R\$ 14,891 bilhões de lucro líquido e R\$ 23,770 bilhões em Ebitda ajustado, altas de 3%, 13,5% e 17,1% (orgânico).

Nos custos, a empresa afirma que espera enfrentar menos pressão em 2023 do que em 2022. "Em termos de custos, esperamos enfrentar menos pressão de custos de insumos do que em 2022: nossa taxa média de hedge de R\$/US\$ para 2023 é de 5,10 (-4,7%), e os hedges de alumínio também são um vento a favor.

Assumindo os preços atuais das commodities, esperamos que nosso CPV por hectolitro excluindo depreciação e amortização em Cerveja Brasil aumente entre 6-9,9% (excluindo a venda de produtos de marketplace não-Ambev), mais ponderado no primeiro semestre do ano, dada a calendarização dos hedges de commodities", explica a empresa.

A Ambev terminou o ano de 2022 com R\$ 11,535 bilhões de caixa líquido, frente a R\$ 15,411

bilhões em 2021.

A Anheuser-Busch InBev (AB InBev), maior cervejaria do mundo, obteve lucro líquido de US\$ 2,84 bilhões no quarto trimestre de 2022, maior do que o ganho de US\$ 1,96 bilhão apurado em igual período do ano anterior.

O resultado superou o consenso de analistas consultados pelo FactSet, de lucro de US\$ 2,20 bilhões.

A receita da AB InBev, controladora da Ambev no Brasil,

teve expansão anual de 3% no trimestre, a US\$ 14,67 bilhões, também acima da projeção da FactSet, de US\$ 14,41 bilhões.

Já a receita orgânica avançou 10,2% e os volumes caíram 0,6% na mesma comparação, frustrando expectativas da própria empresa, de aumentos de 11% e 2,1%, respectivamente.

O Ebitda normalizado - uma das principais métricas da cervejaria - teve acréscimo anual de 1,4% no trimestre, a US\$ 4,95 bilhões.

Govto entregará 15 mil casas do MCMV

O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou na quinta-feira, 2, que o governo federal entregará neste ano mais de 15 mil unidades do Minha Casa Minha Vida (MCMV). A previsão foi dada durante cerimônia de entrega de 600 unidades habitacionais em Bertiooga (SP), agenda que contou com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. Ao retomar a marca do MCMV, o governo iniciou uma série de inaugurações que pretende fazer pelo País. O plano é de retomar a construção de mais de 37 mil unidades paralisadas neste ano, e outras 32 mil a partir de 2024, estimativa reforçada por Jader Filho nesta quinta.

Existem cerca de 186 mil unidades habitacionais não concluídas no Faixa 1 do MCMV. Desse total, uma parcela de 83 mil empreendimentos está com as obras paralisadas. "Não haverá obra paralisada", disse o ministro das Cidades.

O governo garantiu para o MCMV orçamento que gira em torno de R\$ 10 bilhões neste ano. O número foi destacado por Alckmin durante a cerimônia. Segundo o vice-presidente, o orçamento destinado à habitação foi o que mais cresceu no quadro para 2023.

"O ministro Jader falou que serão duas milhões de moradias contratadas, cada moradia é um emprego direto na construção, e três milhões em indiretos. Dois milhões na construção e três milhões na cadeia produtiva. Construção civil é o que mais gera emprego, e casa a quem precisa", disse Alckmin, que, quando era governador de São Paulo, teve participação na contratação das unidades que foram entregues na quinta em Bertiooga.

O vice ainda destacou a volta do Faixa 1 no MCMV, que atende a faixa da população mais pobre. "Voltou a Faixa 1, que tinha sido suprimida no governo anterior. Gente rica, o governo não precisa se preocupar, compra casa própria. Precisamos viabilizar a casa a quem ganha menos", disse Alckmin.

Jader Filho afirmou também que a parceria entre o MCMV e o Casa Paulista, programa habitacional do Estado de São Paulo, vai continuar - e pediu que o recado fosse entregue ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Parceria entre MCMV e Casa Paulista vai continuar, já está contemplado. Diga ao governador Tarcísio que faremos muitas parcerias juntos para que mais casas sejam entregues no Estado", afirmou o ministro.

CRISE DE FORNECIMENTO

Vendas de veículos caíram para o menor patamar em 17 anos

No resultado mais baixo para o mês em 17 anos, fevereiro terminou com 129,9 mil veículos vendidos, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. O número corresponde a uma queda de 1,9% frente a fevereiro do ano passado, que já tinha sido fraco em razão das maiores restrições de oferta daquele período. Na comparação com janeiro, cujos resultados também decepcionaram as montadoras, a queda foi de 9,1%.

Os números foram divulgados na quinta-feira, 2, pela Fenab

brave, a entidade das concessionárias de automóveis, e retratou o esfriamento da demanda em meio ao contexto de crédito mais caro e restrito.

O calendário com apenas 18 dias de venda, dada a parada no feriado de Carnaval, e as fortes chuvas em São Paulo, maior mercado do País, também contribuíram ao fraco desempenho.

Desde 2006, quando tinham sido licenciados 127,9 mil veículos no mesmo mês, não se registrava um fevereiro tão baixo.

O presidente da Fenabreve, José Maurício Andreta Júnior,

considerou positivo, porém, as vendas no segmento de leves (carros de passeio e utilitários leves) terem caído apenas 8,2% na passagem de janeiro para um mês com quatro dias de venda a menos.

"Isso se deve ao fato de que, aos poucos, o setor tem conseguido encontrar o equilíbrio entre a oferta de produtos e a demanda dos consumidores", afirmou Andreta Jr., referindo-se à melhora na disponibilidade de carros no mercado.

Embora os gargalos de produção venham gradualmente

diminuindo, dada a distensão na crise de fornecimento de componentes eletrônicos, as vendas esbarram agora nos juros mais altos, endividamento das famílias e baixo crescimento econômico.

Apesar disso, a variação do volume acumulado desde o início do ano segue positiva, com 272,7 mil unidades comercializadas em janeiro e fevereiro, 5,4% acima dos dois primeiros meses de 2022.

As vendas de motos tiveram crescimento de 34,1% no mês passado, frente a fevereiro de 2022, chegando a 100,5

mil unidades. Na comparação com janeiro, mês que teve quatro dias a mais de venda, os emplacamentos caíram 9%. O balanço foi divulgado na quinta-feira, 2, pela Fenabreve, associação que representa as concessionárias.

Como resultado da expansão dos serviços de entrega (delivery) e da busca do consumidor por veículos não só mais baratos, mas também mais econômicos no consumo de combustível, as vendas de motos somaram 211,1 mil unidades nos dois primeiros meses do ano. Isso representa um crescimento de 28,2% sobre o acumulado entre janeiro e fevereiro de 2022.

Ao comentar o resultado, o presidente da Fenabreve, José Maurício Andreta Júnior, disse que a demanda por motos segue aquecida, mesmo com a seletividade dos bancos na concessão de crédito.

PELO MUNDO

COMO SABER SE A REFORMA TRABALHISTA SE APLICA AO SEU CONTRATO DE TRABALHO

por **Suellen Scariz**



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

EM 11 DE NOVEMBRO de 2017, entrou em vigor a Lei n. 13.467/2017, a conhecida Reforma Trabalhista, promovendo a alteração de diversas previsões e direitos trabalhistas.

É PRECISO ANALISAR a ideia de aplicação intertemporal do direito material, tendo em vista que se presuppõe a irretroatividade da lei, que restringe a aplicação imediata da nova legislação com a imposição de respeito às garantias do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

CARACTERIZA-SE ASSIM a aplicação prática do Direito Fundamental à segurança jurídica, constitucionalmente prevista, bem como assegura a proteção da confiança e a estabilidade das relações.

NESSE CONTEXTO, questiona-se a aplicabilidade das normas instituídas pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) aos contratos de trabalho vigentes à época da sua publicação.

HÁ QUEM DEFENDA uma corrente que entende pela aplicação da lei, ou seja, das alterações legais, a partir do momento em que entra em vigor, até mesmo para os contratos de trabalho que já estavam em curso.

REFERIDA CORRENTE SE FUNDA em interpretação literal do art. 912 da CLT e na tese firmada pelo E. STF de que não há direito adquirido a regime jurídico (tema 24 de Repercussão Geral).

POR OUTRO LADO, uma segunda

corrente entende que as alterações legais somente podem ser implementadas aos contratos em curso se mais benéficas às regras vigentes no momento da pactuação, por força dos princípios da condição mais benéfica e da norma mais favorável ao trabalhador, além da máxima efetividade do art. 7º, caput, CF.

ESSA POSIÇÃO, QUE TAMBÉM é compatível com o princípio da previsibilidade das relações continuativas e com o equilíbrio dos contratos comutativos (art. 2035, CC; ADI 493), foi adotada pelo C. TST no item III da Súmula 191, que trata da nova base de cálculo do adicional de periculosidade dos eletricitários.

EM QUE PESE A MATÉRIA estar pendente de julgamento pelo Pleno

do Tribunal Superior do Trabalho, há decisão da SBDI-1 recente encampando a segunda corrente.

POR ESSA RAZÃO, É BASTANTE provável que o Tribunal Superior do Trabalho venha a consolidar tal entendimento, criando o precedente a ser seguido por todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

DIANTE DISSO, FAZ-SE necessário estar atento ao marco inicial do contrato de trabalho para compreender se ao mesmo aplicam-se as novas determinações conforme a Reforma Trabalhista, ou se, por outro lado, ainda devem ser aplicadas as condições mais benéficas garantidas ao empregado que teve o início contratual anteriormente à data de 11 de novembro de 2017.

INICIATIVA

Lula conversa com Zelenski e oferece mediação para acordo

O presidente brasileiro tem defendido o fim da guerra, que completou um ano em fevereiro, mas a perspectiva de um final do conflito segue longe da realidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que conversou com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, para tratar sobre a guerra entre Ucrânia e Rússia. De acordo com publicação no Twitter, o líder brasileiro reafirmou o compromisso do País de participar de iniciativas em torno da construção da paz.

"Reafirmei o desejo do Brasil de conversar com outros países e participar de qualquer iniciativa em torno da construção da paz e do diálogo. A guerra não pode interessar a ninguém", declarou o presidente, em mensagem na rede social. A ligação foi por vídeo e ocorreu no começo da tarde de quinta-feira.

O chefe do Executivo tem defendido mediação política para impedir a escalada do conflito entre os dois países. Em 24 de fevereiro, Zelenski disse que esperava conversar com Lula "em breve". Zelenski comentou que acha importante o apoio do Brasil para o lado ucraniano, na expectativa de que Lula possa ser "uma ponte para poder conversar com mais países da América Latina".

Mais cedo, o chanceler russo, Sergei Lavrov, confirmou uma visita ao Brasil em abril após se reunir com o chanceler Mauro Vieira durante a cúpula do G-20 na Índia. A visita ocorrerá depois de a Rússia dar sinais positivos à proposta do Brasil de criar um grupo de países para pôr fim ao conflito.

De acordo com a chancelaria brasileira, os diplomatas repassaram os principais temas da agenda bilateral entre os países e da agenda multilateral compartilhada, incluindo a situação atual e as perspectivas da guerra na Ucrânia. Este foi o primeiro encontro entre os chanceleres desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil.

Desde o início do governo Lula, o Itamaraty tenta se equilibrar na posição de neutralidade no conflito e lançar-se diploma-



O presidente Lula conversou com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, para tratar sobre a guerra e defendeu a construção da paz e do diálogo

ticamente como intermediador de um plano de paz. A nova linha de política externa tem desagradado americanos, europeus e ucranianos.

Desde a posse, Lula tem defendido o fim da guerra, que completou um ano em fevereiro. No ano passado, em maio, antes da campanha eleitoral, o então pré-candidato chegou a dizer que tanto Vladimir Putin quanto Volodymyr Zelenski eram responsáveis pelo conflito. Com sua chegada ao Planalto, no entanto, o petista alterou o discurso e passou a responsabilizar Putin pela invasão.

A perspectiva de um final do conflito, no entanto, segue longe da realidade. Após um rápido avanço russo no começo da guerra e um contra-ataque eficaz da Ucrânia nos últimos

meses de 2022, a guerra na Ucrânia vive um estágio de estagnação, com tropas russas e ucranianas sem avanços claros nas últimas semanas.

Na visita ao presidente americano, Joe Biden, no começo do mês, Lula sugeriu a criação de um grupo de países para negociar o fim do conflito. A Casa Branca, no entanto, evitou comprometer-se com a proposta, apesar de ambos concordarem com a necessidade de uma paz duradoura na região.

Sugestões vagas de negociações de paz não são comuns no conflito ucraniano. Em dezembro, Putin se disse disposto a negociar "soluções aceitáveis" para o fim do conflito, que incluiriam a manutenção das quatro províncias ocupadas por tropas russas.

Semanas antes foi a vez da Rússia rejeitar uma oferta ucraniana que incluía a retirada de tropas de seu território. No começo da guerra, Putin também rejeitou uma oferta de paz de Zelenski por julgar que obtinha condições mais vantajosas no campo de batalha.

Lula ressaltou ao presidente da Ucrânia a defesa da integridade territorial da nação europeia. Durante o contato por vídeo feito pelos líderes, Zelenski convidou Lula a visitar o país, e o presidente disse que atenderá o convite em "momento adequado".

"O presidente Zelenski lembrou que Lula já esteve em seu país (em 2004 e 2009), e convidou Lula para uma visita a Kiev. Lula manifestou disposição em atender o convite em

um momento adequado, e retribuiu o convite, com o desejo que o retorno da paz facilite esses encontros", diz nota divulgada pelo Palácio do Planalto, na tarde de hoje. De acordo com a nota, Lula reiterou disposição de participar de qualquer esforço para reunir um grupo de nações capaz de conversar com ambos os lados do conflito.

O chefe do Executivo brasileiro ressaltou que o País "defende a integridade da Ucrânia". "Lula Citou ainda conversas com os líderes da França, Alemanha e EUA nesse sentido e sua disposição de conversar igualmente com a China em sua visita a Pequim e também de conversar com a Rússia", declara. "Os dois líderes ficaram de conversar novamente em um futuro próximo", finaliza a nota.

RAZÕES POLÍTICAS

Nicarágua comete crime contra humanidade

Violações de direitos humanos que configuram crimes contra a humanidade estão sendo cometidas contra civis na Nicarágua. A denúncia foi feita pelo Grupo de Peritos em Direitos Humanos sobre a Nicarágua e consta de um relatório divulgado na quinta-feira.

O documento afirma que as violações são de autoria do governo e estão acontecendo por razões políticas. O Grupo pediu à comunidade internacional que puna os responsáveis – instituições ou indivíduos – com a imposição de sanções.

Segundo o relatório, as alegações de abusos, que incluem execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias, tortura, privação arbitrária da nacionalidade e do direito de permanecer em seu próprio país, não são casos isolados, mas sim o produto deliberado do desmantelamento de instituições democráticas e da destruição do espaço cívico-democrático.

Um dos relatores independentes, Jan Simon, disse que essas violações estão sendo cometidas de forma sistemática e configuram crimes contra a humanidade de assassinato, violência sexual, deportação e perseguição política.

Para Simon, os nicaraguenses estão vivendo com medo das ações que o governo venha a tomar contra eles.

Simon afirma que as autoridades do governo conseguiram instrumentalizar o Executivo, o Legislativo, o Poder Judiciário e as Divisões Eleitorais nicaraguenses para formar um quadro jurídico de repressão das liberdades fundamentais. "A meta é eliminar qualquer oposição no país".

O estudo aponta um padrão de execuções realizadas por agentes da Polícia Nacional e membros de grupos armados pró-governo. Eles teriam atuado de maneira unida e coordenada nos protestos que ocorreram entre 18 de abril e 23 de setembro de 2018. O Grupo de Peritos informou que o governo obstruiu qualquer investigação sobre as mortes.

Uma outra integrante do Grupo, Angela Maria Buitrago, contou que o governo nicaraguense usou as prisões arbitrárias para silenciar os críticos. Muitos presos ficaram sem comunicação e detidos sem acusações.

Buitrago diz que milhares de defensores de direitos humanos, trabalhadores de ONGs, jornalistas, líderes estudantis e religiosos, artistas e líderes da oposição foram obrigados a deixar o país.

Desde dezembro de 2018, pelo menos 3.144 organizações civis foram fechadas, e praticamente todos os canais independentes de mídia e de organizações de direitos humanos estão operando do exterior.

No mês passado, 222 pessoas foram expulsas do país após serem acusadas de "trair a pátria". Também em fevereiro, o Tribunal de Apelos de Manágua declarou outros 94 indivíduos vivendo na Nicarágua e fora do país como traidores e retirou a nacionalidade deles.

O Grupo de Peritos concluiu que "o presidente Daniel Ortega e a vice-presidente Rosario Murillo colocaram em prática os padrões desses crimes e continuavam a fazê-lo até a data de conclusão do relatório".

O relator Jean Simon explica que "as violações, abusos e crimes investigados e descritos no relatório dão origem à responsabilidade do Estado da Nicarágua, bem como à responsabilidade criminal individual dos culpados, seja sob o direito penal internacional ou de acordo com as definições criminais na legislação nicaraguense ou de países terceiros".

O estudo pede ao Governo da Nicarágua que liberte, imediatamente, todas as pessoas presas arbitrariamente, que acabe com violações e abusos.

CAUTELA

BCE admite mais aumentos dos juros

Os dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) consideravam, na última reunião de política monetária, que mais altas nos juros seriam necessárias, a fim de que eles entrem em território "restritivo" para que a inflação retorne à meta. A informação está na ata da reunião realizada em 1º e 2 de fevereiro, publicada na quinta-feira, 2.

O documento lembra que o BCE indicou na ocasião especificamente que deveria subir os juros em mais 50 pontos-base em março, para depois disso avaliar os próximos passos. "De fato, mais altas eram necessárias para que as taxas entrem em território suficientemente restritivo, e era necessário mantê-las em níveis restritivos o suficiente para garantir um retorno no momento adequado da inflação à meta de 2% no médio prazo", diz a ata.

A alta de juros provável para março, de 50 pontos-base, seria "consistente com uma série de cenários", segundo o documento. Para além disso, os dirigentes pretendem garantir que reagirão

a partir dos dados, tomando decisões a cada reunião.

Houve algumas notícias positivas melhores que o previsto recentemente, mas a situação subjacente na economia "não havia mudado de maneira fundamental desde a reunião de dezembro", aponta a ata. Os dirigentes concordam que o apoio de governos para proteger a economia do impacto dos preços elevados de energia "deve ser temporário, orientado e desenhado para preservar incentivos de consumir menos energia".

O BCE também destaca na ata a reação nos mercados a números de janeiro da inflação, mas também acrescenta que aparentemente os investidores agora dão mais atenção ao núcleo da inflação do que ao índice cheio, no contexto atual. Os dirigentes também notaram que, no curto prazo, o ímpeto do núcleo da inflação começou a diminuir um pouco, com tendência de que recue mais com o tempo.

Os dirigentes concordaram que não há sinais de uma espí-

ral de alta de preços, mas há pressões salariais se disseminando, em linha com as projeções de dezembro. Na reunião mais recentes, os dirigentes também viam a economia da zona do euro em melhor situação do que o esperado em dezembro, e argumentavam que fatos recentes estavam em linha com um "pouso suave", sem recessão.

Uma perspectiva melhor de crescimento, porém, contribuiria para "pressões inflacionárias continuadas", com isso é improvável que essas pressões parem por si, sem mais aperto na política monetária, diz o texto. Ao mesmo tempo, a ata enfatizava as incertezas do quadro, que poderiam implicar mudança nas perspectivas tanto para um lado quanto para outro.

"Houve 'reservas' entre dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) sobre a comunicação proposta de uma intenção para a reunião de março da instituição, mostra a ata da mais recente reunião de política monetária. O documento aponta que havia um "con-

senso geral" de que o aperto seria necessário, mas também foi trazido o argumento de que os juros estão mais perto de um nível no qual é necessário haver cautela para garantir que não ocorra aperto excessivo.

Diante dessa "incerteza elevada", a perspectiva inflacionária poderia mudar rápido, para um lado ou outro, aponta a ata. Isso exigirá uma avaliação cuidadosa dos novos dados e do efeito das altas já adotadas sobre a dinâmica de preços. Não apenas diante da meta simétrica de inflação, mas o risco de fazer "muito" merecia tanta consideração quanto de fazer pouco na política monetária, diz o documento.

Na reunião dos dirigentes, foi ainda notado que o impulso no núcleo da inflação no curto prazo começava a declinar um pouco, e a tendência é que recue mais com o tempo.

Além disso, com colchões acumulados por famílias e empresas e demanda substancial reprimida, a política monetária poderia ser apertada sem causar grande dano

à economia real, julgavam os dirigentes na ocasião. Esses colchões estavam em níveis ainda elevados, mas diminuíam, o que implicava mais cautela sobre os próximos passos, apontava a ata.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, reafirmou esperar uma elevação de 50 pontos-base (pb) nos juros na reunião de março da instituição. Além disso, ela enfatizou que as próximas decisões dependerão dos indicadores disponíveis, mas disse ser "possível que continuemos por esse caminho" de mais aperto monetário.

Lagarde notou que dados mais recentes da inflação, como os da própria Espanha, sinalizam para uma inflação que pode voltar a subir.

Ela enfatizou o compromisso do BCE em atuar para levar a inflação de volta à meta de 2%. De qualquer modo, enfatizou que o banco central continua a monitorar os indicadores, acrescentando que "é impossível garantir agora" os próximos passos.

SINALIZAÇÃO

Ministro discute a situação dos presos por atos golpistas

As liberdades provisórias foram concedidas por Moraes sob a justificativa de se tratarem de réus primários, que já foram denunciados e possuem filhos menores

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu na quinta-feira (2) em seu gabinete oito senadores para tratar das condições de encarceramento dos presos pelos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes do Três Poderes foram invadidas e depredadas.

Após o encontro, o senador Rogério Marinho (PSDB-RN) disse esperar que mais detidos sejam soltos "nos próximos 15 a 20 dias". Ele disse ter havido sinalização do ministro pela rápida liberação de pessoas que não tenham cometido atos criminosos em 8 de janeiro, mas que acabaram eventualmente presas junto com os verdadeiros vândalos.

Ainda sem advogado, muitas dessas pessoas sequer pediram para serem soltas, frisou Marinho. Ele elogiou a Defensoria Pública do Distrito Federal, que tem trabalhado para identificar quem ainda não possui defensor constituído e fazer os respectivos pedidos de soltura.

A audiência dos oito senadores de oposição com Moraes ocorre após o ministro ter soltado 225 pessoas desde segunda-feira (27). Ao todo, dos mais de 1,4 mil presos pelos atos antidemocráticos, 655 foram liberados e 781 permanecem no sistema penitenciário do DF.

As liberdades provisórias foram concedidas por Moraes sob a justificativa de se tratarem de réus primários, que já foram denunciados, e que na maior parte das vezes possuem filhos menores ou questões de saúde. Ainda assim, tais pessoas deverão usar tornozeleira eletrônica e ficar em casa durante a noite e aos finais de semana.

Alguns dos senadores que estiveram com Moraes antes inspecionaram in loco a situação dos presos, após terem sido autorizados pelo ministro. Em ofício, os parlamentares se disseram preocupados com a "falta de informações acerca da individualização das responsabilidades dos envolvidos".

Isso é importante para "o tratamento adequado de cada detido, considerando seu comportamento, circunstâncias individuais e os aspectos objetivos e subjetivos do crime", diz o documento.

Além de Marinho, participaram da reunião com Moraes na quinta-feira (2) os senadores Carlos Portinho (PL-RJ), Tereza Cristina (PP-MS), Ciro Nogueira (PP-PI), Mecias de Jesus (Republicanos-RR), Eduardo Girão (Novo-CE), Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Wellington Fagundes (PL-MT).

Na quinta-feira, Moraes soltou mais 52 presos por atos golpistas de 8 de janeiro. As decisões foram assinadas durante a madrugada e aumenta o número de pessoas que vêm sendo libertadas desde o início da semana. Com as novas ordens de soltura, o total de libertados desde segunda-feira (27) chega a 225.

Todos os libertados devem se apresentar na comarca de sua residência em 24 horas, a partir do momento que deixarem o Complexo Penitenciário da Papuda, no caso dos homens, e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia, no caso das mulheres.

Em todos os casos, o ministro entendeu que as condutas



LR Moreira/TSE

Moraes substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, cancelamento de passaporte e proibição de sair de casa

REFORÇO

Ex-secretário executivo do DF diz que plano de ação não foi cumprido

O ex-secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) Fernando de Souza Oliveira afirmou, na quinta-feira (2), que a Polícia Militar (PM) não manteve reforço de agentes na Esplanada dos Ministérios, no domingo, 8 de janeiro, quando criminosos golpistas invadiram e depredaram a sede dos Três Poderes, em Brasília.

Oliveira falou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os atos antidemocráticos da Câmara Legislativa do DF. Segundo o ex-secretário, esse reforço estava previsto no Planejamento de Ação Integrada, concluído na sexta-feira anterior ao dia do ataque.

"Era pra manter um reforço efetivo. Os senhores, por meio da investigação, – e juntamente com a investigação que corre na Polícia Federal, no Ministério Público e no STF –, vão ter essa oportunidade de esclarecer onde estavam essas tropas, cadê esse efetivo. Questionar a Polícia Militar cadê o efetivo. [Questionar] o Departamento de Operações (DOP), que planejou. Porque [o efetivo acordado] não foi cumprido. Isso eu posso afirmar para os senhores. As ações acordadas na sexta-feira (anterior aos atos) não foram cumpridas."

O ex-secretário executivo disse que



Oliveira: "era pra manter um reforço efetivo"

até as 13h20 do domingo, quando saiu o último informe da área de inteligência, a informação era de que o clima estava "tranquilo" e que nada o fazia desacreditar da PM.

Oliveira disse ainda que não foi apresentado ao governador Ibaneis Rocha e aos chefes das forças de segurança, mesmo após ser nomeado. Segundo ele, o último contato que teve com Anderson Torres foi na segunda-feira, dia 9 de janeiro, à noite, depois dos atos de vandalismo.

"Ele fez uma ligação, no final do dia, questionando e perguntando qual o erro da operação, perguntando porque a PM não tinha executado o plano. Eu respondi: 'eu não tenho acesso, a PM não me mandou, não me apresentou o plano de operações'. Posteriormente, no relatório do interventor, ficou constatado que sequer existia plano. Foi essa a conversa rápida. Depois, eu não tive mais nenhum contato com o secretário Anderson", disse Oliveira.

O ex-secretário executivo chefiava a pasta no dia 8 de janeiro, já que o então titular da SSP Anderson Torres estava nos Estados Unidos, no dia dos ataques.

A ex-subsecretária de inteligência da pasta Marília Ferreira Alencar também seria ouvida hoje, mas seu depoimento foi transferido para a semana que vem.

Outras seis pessoas devem ser ouvidas em março pela CPI. No dia 9, está prevista a oitiva do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres.

dessas pessoas foram menos graves, não sendo elas financiadoras nem executoras principais de atos violentos, e que por isso elas podem responder à denúncia a partir de seus estados de origem.

A maioria foi presa em flagrante em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, local onde incitavam as Forças Armadas a intervirem no processo eleitoral e praticarem um golpe de Estado. Todos os soltos já tiveram

denúncia aceita e se tornaram réus no Supremo por crimes por associação criminosa e de atentado à ordem democrática.

Nesses casos, Moraes substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, cancelamento de passaporte, proibição de sair de casa à noite e aos fins de semana, cassação de qualquer registro para posse ou porte de armas, proibição de se comu-

nicar com outros investigados e apresentação semanal a um juiz.

De acordo com as decisões, estão autorizados a voltar para suas casas presos moradores em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

"Na análise dos casos, o ministro avaliou que a maioria tem a condição de réu

primário e filhos menores de idade, além de já terem sido denunciados pela Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa", disse o Supremo, em nota.

Atualmente, 751 pessoas seguem presas e 655 foram liberadas para responder com cautelares. Ao todo, 1.406 pessoas foram detidas em 9 de janeiro, após o desmonte do acampamento em frente ao QG do Exército.

CORRUPÇÃO

Tribunal de São Paulo torna ex-corregedor da Fazenda réu

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) acolheu recurso do Ministério Público do Estado para receber denúncia contra o ex-chefe da Corregedoria da Fiscalização Tributária da Secretaria Estadual da Fazenda, Marcus Vinícius Vannucchi, por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O advogado Salo Kibrit, que defende o ex-corregedor, declarou: "O Tribunal de Justiça entendeu de dar prosseguimento à ação penal, que havia sido trancada em primeira instância, por entender que a denúncia do Ministério Público era completamente inepta porque inexistia prova de qualquer crime".

Por unanimidade, os desembargadores da 4ª Câmara de Direito Criminal atenderam a um recurso do Ministério Público e reformaram a decisão de primeira instância que havia rejeitado as acusações.

O desembargador Camilo Lélis, relator do processo, disse que a denúncia é "tecnicamente apropriada" e descreve "satisfatoriamente os fatos com todas as circunstâncias, apontando as condutas, em tese criminosas".

"A denúncia deve ter os contornos formais necessários para explicar o motivo do processamento. Se isso ocorre e há possibilidade de exercício da ampla defesa, não se pode rejeitá-la de plano. É conveniente e dará uma resposta à segurança pública instruir-se e chegar à resolução do mérito", defendeu.

A decisão também atinge a ex-mulher do agente fiscal de rendas, Olinda Vannucchi, a mãe dele, Hercília Chioldo, o padrasto, Paulo Martins, e o filho Paulo Vannucchi. Todos se tonaram réus.

Ajuíza Marcia Mayumi Okoda Oshiro, da 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores, havia rejeitado a denúncia por falta de provas. Ela considerou que o Ministério Público não conseguiu apontar as "circunstâncias" em que Vannucchi teria pedido ou recebido propinas.

"Ao apontar as transferências suspeitas, a acusação está indicando o resultado, o proveito econômico do suposto crime de corrupção passiva, mas não indica as circunstâncias em que o acusado solicitou ou recebeu a vantagem indevida", diz um trecho da decisão de primeira instância.

Em apelação ao Tribunal de São Paulo, o promotor de Justiça Marcelo Mendroni afirmou que os crimes foram descritos em detalhes, mas que a investigação acabou sendo "jogada no lixo" pela juíza.

"Com a rejeição da denúncia fora de momento processual adequado, a M. Juíza está impedindo ao Ministério Público reproduzir as provas em juízo no crivo do contraditório. Trata-se de claro cerceamento do direito Ministério Público em promover a Ação Penal e demonstrar as provas em juízo", argumentou.

A denúncia fala em um "complexo e calculado esquema criminoso" supostamente articulado pelo servidor. As investigações apontaram uma operação em duas etapas. Primeiro, o então corregedor cobrava propinas para blindar empresas que deveriam ser objeto de fiscalização e dividia os valores com fiscais corruptos da pasta. Na sequência, em uma tentativa de ocultar a origem do dinheiro, usava empresas de fachada abertas no nome dos familiares e, depois, incorporava a propina de volta ao seu patrimônio através de transações imobiliárias. De acordo com a denúncia, no período investigado, a família movimentou R\$ 21 milhões em contas bancárias e comprou pelo menos 37 imóveis. Para o Ministério Público, as transações não tem lastro em atividades lícitas.

IRREGULARIDADE

Juscelino Filho devolve dinheiro ao governo por viagem a leilão

O ministro se dedicou a negócios relacionados aos seus cavalos de raça, foi a dois leilões e a uma festa em homenagem aos animais

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, informou em nota na quinta-feira, 02, que devolveu o dinheiro de diárias recebidas do governo irregularmente para cobrir despesas de uma viagem a São Paulo que teve como agenda principal compromissos particulares. O ministro não informou se também irá devolver as despesas com o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que o trouxe de volta a Brasília quando não estava em serviço, contrariando as regras sobre o uso das aeronaves.

A decisão ocorre três dias após a reportagem revelar que, dos quatro dias de viagem, em três deles o ministro se dedicou a negócios relacionados aos seus cavalos de raça. Juscelino foi a dois leilões, a uma festa em homenagem aos cavalos e inaugurou uma praça dedicada ao Roxão, um animal de seu sócio. Todos os compromissos envolvendo cavalos foram omitidos da agenda oficial do ministro. Na inauguração da praça, ele foi anunciado como integrante da "equipe do presidente da República". A presença de um ministro de Estado também foi destacada pelos leiloeiros nos eventos equestres.

Na nota, o ministro admitiu que sua agenda de trabalho em São Paulo se limitou a dois dias e não explicou porque informou ao governo em documentos oficiais que seu deslocamento era de quatro dias, de 26 a 30 de janeiro. No esclarecimento, o ministro disse que "desconhece o suposto "caráter de urgência" dado por ele à viagem para conseguir autorização do governo para viajar de jatinho. No entanto, documentos oficiais mostram que ele mentiu no comunicado. A urgência está registrada até no Portal da Transparência, abastecido com informações da própria pasta.

Sobre o uso da FAB na volta para Brasília na segunda-feira, o ministro disse na nota que "retornou em voo compartilhado solicitado pelo Ministério do Trabalho" e que portanto não haveria "cometimento de qualquer ilegalidade por parte do ministro das Comunicações como insistentemente alguns veículos de comunicação têm propagado".

Juscelino, porém, informou



O ministro Juscelino Filho admitiu que sua agenda de trabalho em São Paulo se limitou a dois dias

ao governo que estava, nesta data, em "serviço", o que ele mesmo reconhece que não é verdade. A própria nota oficial e a agenda pública dele registram que o último compromisso de trabalho em São Paulo na ocasião havia sido na manhã de sexta-feira, dia 27.

Juscelino justificou na nota que as diárias serão devolvidas aos cofres públicos, ele não informou o valor que será devolvido. Ele não explicou porque solicitou diárias para quatro dias quando sua agenda se limitava a dois dias de trabalho e a duas horas e meia de reuniões na capital paulista.

Sobre os compromissos com cavalos, a nota informou que "o ministro usufruiu, sim, do seu direito de praticar atividades de foro particular em São Paulo" e que é "inaceitável aventar qualquer prática ile-

gal, tampouco imoral da autoridade pública ao desfrutar do seu período de folga para participar de qualquer compromisso, no caso em questão". Nesse trecho da nota o ministro também mente. Foi ele próprio que pediu ao governo diárias referentes aos quatro dias que passou em São Paulo e avião da FAB para ir e voltar do estado, o que cobre todos os seus compromissos privados.

Decreto presidencial prevê que as aeronaves da FAB devem ser solicitadas obedecendo uma ordem de prioridade. Primeiro, em casos de emergências médicas, depois em razões de segurança, e, em seguida, viagens a serviço. O custo estimado de um voo privado, nos moldes do realizado por Juscelino, para ir e vir de Brasília a São Paulo, gira em torno de R\$ 140 mil.

Juscelino Filho está em Barcelona, na Espanha, participando de um congresso sobre telecomunicações. Em suas redes sociais, o ministro tem feito

publicações falando apenas do evento.

O governo Lula segue em silêncio sobre a situação do ministro. Interlocutores do presidente dizem nos bastidores que ele deveria substituir Juscelino, mas seguem a determinação do Planalto para que o caso não seja tratado em público por envolver o União Brasil, que tem três ministros, incluindo o das Comunicações.

A sigla tem 59 deputados (a terceira maior bancada) e nove senadores e é importante para assegurar governabilidade. Metade do partido apoiou a CPI dos atos golpistas, o que contraria um pedido de Lula.

A reportagem fez contato com a Comissão de Ética Pública na segunda-feira, 27, e questionou se o órgão analisaria o caso do ministro. Não houve retorno. A Controladoria-Geral da União (CGU) informou à reportagem que a análise desta questão cabe à comissão.

SUZANO

Justiça manda desocupar área invadida pelo MST

A justiça da Bahia determinou a reintegração de posse de uma fazenda da Suzano invadida na segunda-feira, 27, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Mucuri. Na primeira onda de invasões deflagrada no novo governo Lula, o MST ocupou três áreas da empresa e uma quarta fazenda de outro proprietário no sul do Estado. O juiz Renan Souza Moreira fixou multa de R\$ 5 mil por dia aos sem-terra em caso de descumprimento e autoriza o uso de força policial para a desocupação, se necessário.

A decisão vale para a fazenda de cultivo de eucalipto localizada no município de Mucuri. As ações de reintegração de posse relativas às outras áreas da Suzano ocupadas nos municípios de Caravelas e Teixeira de Freitas ainda eram analisadas pela justiça estadual na manhã desta quinta-feira, 2.

Foram mobilizados 1.700 militantes para invadir as três áreas da empresa e uma quarta fazenda no município baiano de Jacobina. O proprietário da Fazenda Limoeiro entrou com ação de reintegração de posse, ainda não julgada. As invasões geraram forte reação de repúdio de entidades do agronegócio. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura divulgou uma nota condenando a ofensiva dos sem-terra e argumentando que as invasões podem alimentar a polarização ideológica. A entidade reúne centenas de representantes do setor, incluindo a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), além do Carrefour, banco Bradesco, BTG Pactual, entre outras empresas.

O presidente da Indústria Brasileira de Árvores e ex-governador Paulo Hartung afirmou que as invasões promovem "insegurança jurídica e afastam investidores". Ele também criticou o silêncio do atual governo, que ainda não se manifestou sobre as ações.

Segundo o MST, a decisão judicial referente à fazenda da Suzano em Mucuri será cumprida. De acordo com o dirigente nacional do movimento na Bahia, Evanildo Costa, as ações contra as fazendas da Suzano tiveram como objetivo obrigar a empresa a cum-

prir um acordo feito em 2011, com a participação de interlocutores dos governos estadual e federal. "A Veracel e a Fibria (outras empresas do setor de celulose) cumpriram o acordo. A Suzano deveria ter destinado área para assentar 650 famílias, mas só destinou para 250. Estamos negociando desde 2015 e a empresa vem enrolando, enquanto as famílias estão espremidas em acampamentos. Fizemos as ocupações como pressão para o cumprimento do acordo".

Segundo o líder sem terra, os acordos resultaram de negociações iniciadas em 2007, quando a chegada das empresas de celulose na região gerou conflitos com os pequenos produtores que já atuavam na região. "Esse discurso de que houve trégua no governo Bolsonaro não é real. Só aqui na Bahia fizemos mais de 30 ocupações durante o governo dele. Não foram divulgadas porque ele queria manter o discurso de que domesticou o MST. As ocupações nunca pararam", afirmou Costa.

A Suzano disse, em nota, que não houve descumprimento, e que a invasão das propriedades com essa justificativa é ilegal, como já foi reconhecido pela justiça. "Este acordo assinado com a Suzano é um acordo entre Suzano, MST e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e não foi violado pela Suzano. A completa entrega das áreas pela Suzano depende de processos públicos que ainda não ocorreram ou foram implementados pelo Incra".

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, afirmou na quinta-feira, 2, que a pasta vai mediar o conflito entre a Suzano e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na Bahia. Segundo o ministro, ele foi procurado pela na manhã de ontem, 1, pelo vice-presidente da empresa para relatar que uma propriedade foi ocupada e irá pedir para o MST desocupar a área.

"Ele me pediu para ajudar na solução desse conflito. Eu, hoje, vou ligar para o MST lembrando a eles que possam negociar as questões relacionadas a esse terreno e, portanto, nós vamos levantar toda situação do conflito. Há um conflito ali de 10 anos", disse.

MEDIDA SANITÁRIA

Toffoli arquiva investigações sobre conduta de Bolsonaro

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou duas apurações sobre a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro na esteira da CPI da Covid. As investigações se debruçavam sobre supostos crimes de epidemia e infração de medida sanitária preventiva. Ao acolher pedidos da Procuradoria-Geral da República para o encerramento das apurações, o ministro destacou a atribuição exclusiva do órgão promover ações penais para apurar crimes comuns do presidente da República.

"Em hipóteses como a presente, portanto, em respeito ao sistema acusatório e, notadamente, à titularidade da atribuição de representar por abertura de inquérito - exclusiva da PGR, na compreensão até hoje adotada por esta Corte, em casos que tais - não há como o Judiciário substituir a atividade ministerial exercendo juízo valorativo sobre fatos alegadamente criminosos, atribuição exclusiva do Parquet, reitera-se", afirmou na decisão.

"Se, dos fatos narrados e suas eventuais provas, apresentados, agora, à autoridade a quem compete investigar e representar por abertura de

inquérito perante esta Suprema Corte, não visualizou a Procuradoria-Geral da República substrato mínimo para tais medidas, deve-se acolher seu parecer pelo arquivamento", completou.

Os pedidos de arquivamento das apurações em questão foram feitos pela vice-procuradora-geral da República Lindora Araújo em junho do ano passado. Ao negar atribuir a Bolsonaro suposta prática de infração de medida sanitária preventiva, ela alegou que o comportamento do presidente, de não usar máscara apesar de ela ser obrigatória à época, "reforça um padrão de conduta que guarda sintonia com seu agir político desde o início da pandemia até os dias atuais, o que indica não haver a autoridade requerida agido com a intenção de gerar risco não tolerado a terceiros".

Já o procedimento que apurou suposto crime de epidemia majorado pelo resultado morte, atingia não só Bolsonaro, mas também o ex-ministro Marcelo Queiroga, o ex-chefe da Casa Civil Walter Souza Braga Netto, o ex-ministro Eduardo Pazuello e o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde Antônio Elício Franco Filho.

ESQUECIMENTO

Valdemar diz que Bolsonaro voltará em abril e fará caravanas pelo Brasil

O presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro deve retornar ao Brasil em abril. Bolsonaro deixou o País dias antes do fim do seu mandato, com destino aos Estados Unidos, onde permanece até quinta-feira. Segundo Costa Neto, o ex-chefe do Executivo e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro irão iniciar caravanas separadas pelos municípios para ajudar a sigla a captar novos candidatos e aumentar o número de prefeitos e vereadores eleitos pelo PL nas próximas eleições de 2024.

"Eu acho que o Bolsonaro entra no ritmo daqui, no máximo, 1 mês ou 1 mês e meio. Acho que ele já vai estar aqui em abril, na minha opinião", disse Costa Neto a jornalistas após deixar uma reunião da bancada do PL na Câmara dos Deputados.

Mesmo empenhados na

mesma meta de fortalecer o PL, os direcionamentos de Bolsonaro e Michelle serão diferentes, segundo o presidente da sigla. "A Michele ficará concentrada só em mulher e Bolsonaro fazendo visita para prefeitos nossos", disse.

A aposta do PL é que o ex-presidente consiga ser peça fundamental nas eleições municipais de 2024. "Queremos que Bolsonaro visite as nossas cidades. Nós temos observado que ele não perdeu o prestígio. Ele vai ser uma pessoa muito importante nas eleições municipais no ano que vem", declarou. "Só com o número de deputados que nós temos, temos de chegar a mil prefeitos. Com o trabalho que podemos fazer e que o Bolsonaro pode fazer na eleição, nós podemos passar bastante disso".

Já Michelle assumiu o posto de nova presidente do PL Mulher, núcleo da sigla dedi-

cado a incentivar candidaturas femininas e discutir políticas favoráveis às mulheres. Com um salário de R\$ 33,7 mil, a ex-primeira-dama deve iniciar suas viagens já entre maio e junho. "Ela vai fazer uma reunião com todas as presidentes dos Estados para fazer um projeto para a caravana e trazer a mulherada", disse Costa Neto.

Para o partido, Michelle tem poder de influência que foi subutilizado durante a campanha presidencial de 2022. "Ela tem levado muita gente pros lugares que ela foi. Pena que ela entrou tarde na campanha e não deu para ajudar nisso. Não surtiu tanto efeito porque entrou muito tarde na campanha", afirmou o presidente da legenda.

O ex-ministro Walter Braga Netto, que concorreu como vice na chapa de Jair Bolsonaro em 2022, também conseguiu uma vaga no PL como coordenador de uma nova estrutura partidária.

"Nós estamos construindo uma nova estrutura para o partido para lidar com o crescimento da sigla e ele está ajudando muito isso. Ele está ajudando muito, é bom para isso, para organizar, e ele vai receber um salário, lógico", disse Costa Neto, sem ainda revelar o valor.

Braga Netto já havia assumido uma função de coordenador da "área de inteligência" do PL. Para o ex-ministro, é preciso municiar deputados e senadores com dados para que eles possam "fiscalizar" o governo Lula.

Longe dos cargos públicos, Bolsonaro deve receber um salário do PL de R\$ 39 mil. Entre aposentadorias e salários, são mais de R\$ 75 mil. À frente do Executivo federal, Bolsonaro recebia o valor de R\$33 mil como chefe do executivo. Em evento na igreja New Hope Church, na Flórida (EUA), o ex-presidente chegou a questionar: "Compensa?".

AGRESSÕES ROTINEIRAS

Um terço das mulheres brasileiras já sofreu violência de seus parceiros

Ao todo, 28,9% das mulheres, ou 18,6 milhões, sofreram algum tipo de violência ou agressão no último ano, a maior prevalência já verificada na série histórica que começou a ser realizada em 2017

Um terço das mulheres brasileiras (33,4%) com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual de parceiros ou ex-companheiros ao longo da vida, segundo estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública encomendado ao Instituto Datafolha. O número equivale a 21,5 milhões de vítimas e é maior que a média global de casos, 27%, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ainda segundo a pesquisa, divulgada na quinta-feira, 2, houve crescimento de todas as formas de violência contra mulher no último ano no País, como espancamento (5,4% dos casos) e ameaça com faca ou arma de fogo (5,1%). "Foram mais de 18 milhões de mulheres vítimas de violência no último ano. São mais de 50 mil vítimas por dia, um estádio de futebol lotado", afirma Samira Bueno, diretora executiva do fórum.

Ao todo, 28,9% das mulheres, ou 18,6 milhões, sofreram algum tipo de violência ou agressão no último ano, a maior prevalência já verificada na série histórica - a pesquisa sobre vitimização de mulheres no Brasil é realizada desde 2017, de dois em dois anos. Na edição de 2021, 24,4% das entrevistadas afirmaram ter sofrido violência no ano anterior, o primeiro da pandemia de covid-19.

"Existia uma aposta muito grande que violência contra a mulher ia aumentar durante a pandemia - porque era algo que estava sendo observado em vários países -, mas que, passada a fase mais grave da pandemia, esses números recuariam", diz Samira. "Na verdade, os números cresceram após a pandemia. A gente está diante, de fato, de um agravamento. É um País que ficou mais inseguro para a mulher."

Do total de casos do último ano, 11,6% (ou 7,6 milhões) das vítimas foram agredidas com batida, empurrão ou chutes - o que corresponde a 14 ocorrências por minuto. Em 13,5% dos episódios, houve perseguição



Violência: do total de casos do último ano, 11,6% (ou 7,6 milhões) das vítimas foram agredidas com batida, empurrão ou chutes - o que corresponde a 14 ocorrências por minuto

a mulheres. "Quando a gente vê tudo isso começando a crescer, infelizmente daqui a alguns meses os números da violência letal também começam a andar na mesma direção", afirma a pesquisadora.

Conforme a pesquisa, em quase metade dos casos do último ano (45%) as vítimas não tomaram nenhuma atitude após as agressões, seja por medo de represália ou por achar que não era algo tão grave. Ao mesmo tempo, 17,3% delas procuraram ajuda da família e 15,6%, de amigos. A parcela de vítimas que foram até Delegacias de Defesa da Mulher relatar o ocorrido subiu: foi de 11,8%, há dois anos, para 14%, no estudo de agora.

"É positivo que as mulheres estejam buscando mais ajuda, que estejam reportando essa violência que ficou oculta", diz a promotora Sílvia Chakian, coordenadora da Ouvidoria da Mulher do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). "Mas é preciso também pensar que as delegacias não são a única forma de se buscar ajuda."

A promotora afirma que, culturalmente, as pessoas acham

que a saída para violência contra a mulher está exclusivamente em procurar delegacias, mas é preciso ir além. "A gente tem um desafio de tornar conhecidas as outras formas de busca por ajuda, como os centros de referência da mulher, de cidadania da mulher, e equipamentos, em geral, que compõem a rede de atendimento", afirma.

Esses espaços, segundo Silva, podem fornecer apoio às vítimas e prepará-las para romper relações violentas. "Para muitas mulheres, denunciar o agressor pode significar ir para a rua, não ter onde morar. Então essas políticas precisam funcionar de forma articulada", afirma. Segundo ela, enquanto a violência contra homens normalmente acontece em espaços públicos, as agressões contra a mulher se dão dentro de casa - no ano passado, foram 53,8% dos casos, segundo a pesquisa.

"Elas têm um caráter de habitualidade, se repetem no tempo. São vários episódios geralmente, e por parte de conhecidos", diz. A promotora afirma que há um desequilíbrio de forças nos papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres na

sociedade, o que faz os agressores se sentirem no direito de agredir. Com o avanço da Lei Maria da Penha, isso perdeu força, mas ainda continua em muitos lares.

"Nenhuma mulher está imune à violência. Porém, é importante ressaltar que a intersecção de marcadores sociais, como raça e classe, vai reservar a determinadas mulheres uma situação ainda mais desfavorável", diz a promotora. A pesquisa aponta que as maiores vítimas de violência no último ano foram as mulheres pretas e pardas, alvos de 45% dos casos de agressão. As mulheres brancas correspondem a 36,9% dos episódios.

No total, 73,7% das agressões contra mulheres no último ano foram praticadas por pessoas conhecidas. Em 31,3% dos casos, eram ex-parceiros das vítimas, ante 18,1% na pesquisa de 2021. Em 26,7% dos episódios, os agressores eram companheiros atuais dos alvos, ante 25,4% na edição passada.

As entrevistas foram realizadas em 126 municípios de pequeno, médio e grande porte, de 9 a 13 de janeiro deste ano.

A amostra total nacional foi de 2.017 entrevistas, permitindo a leitura dos resultados pelas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Norte/Centro-Oeste. A margem de erro para o total da amostra é de 2,0 pontos, para mais ou para menos.

Os resultados encontrados na pesquisa, quando projetados para o universo da população feminina, indicam que 27,6 milhões de mulheres já sofreram alguma forma de violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida no Brasil. Ou seja, 43% das mulheres já vivenciou ao menos uma forma de violência pelo parceiro íntimo - além de violência física e sexual, esse recorte também inclui também a violência psicológica.

São Paulo conta atualmente com 140 Delegacias de Defesa da Mulher (DDM). Delas, 11 funcionam 24 horas por dia. Além disso, há 77 Salas DDM 24 horas, espalhadas em plantões policiais do Estado. Esses espaços foram criados em cidades que não têm DDM para permitir que a vítima converse remotamente com delegados especializados. Os profissionais ficam em plantão, geralmente a partir de dele-

gacias da capital.

"Há um projeto para que isso vá para mais municípios. Acredito que, até o final do ano, a gente consiga atingir 144 municípios, além das DDMs físicas", diz a delegada Jamila Jorge Ferrari, coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo. As salas começaram a ser implantadas em março do ano passado.

"Havia uma demanda por atendimento especializado em todos os municípios que têm plantão policial, porque a mulher pode se sentir desencorajada ao chegar na delegacia, tem medo, quer voltar para casa. Então a Polícia Civil desenvolveu esse projeto."

O Estado de São Paulo registrou alta de estupros em janeiro deste ano, segundo dados divulgados nesta semana. O total de casos saltou 14,9% - foram de 921, no primeiro mês do ano passado, para 1.058, no período mais recente.

"A violência contra mulher é um ciclo", diz Jamila. Segundo ela, estudos mostram que muitas vezes os crimes letais são antecedentes por agressões rotineiras. "

GNA investe na inclusão de mulheres na indústria

Reconhecida pela GTPW como uma das melhores empresas para as mulheres trabalharem, a GNA (Gás Natural do Açú) promove uma série de iniciativas e programas em apoio à na equidade de gênero na indústria, setor ainda majoritariamente masculino, proporcionando uma revolução na vida de centenas de mulheres de comunidades de São João da Barra.

Esse é o caso de Jossimari Viana. Moradora de São João da Barra, município localizado na região Norte Fluminense do Rio, estava desempregada há cinco anos e sem perspectivas. Ao saber da oferta de vagas para um Programa de Qualificação Profissional oferecido gratuitamente pela GNA decidiu se inscrever em um curso de montagem de andaimes, mesmo sem ter muita ideia do que viria pela frente. Para que pudesse frequentar as aulas, precisou alterar a rotina de sua família.

"No primeiro momento meu marido me apoiou, mas depois mudou de opinião e passou a não apoiar como antes. Ter que mudar a rotina e contornar esses obstáculos, com cer-

teza, foram os maiores desafios enfrentados no decorrer do curso", afirma.

Ela conta que o curso foi um divisor de águas em sua vida. "Mudou tudo. O curso trouxe oportunidade de conseguir uma nova perspectiva de vida. Minha cabeça se abriu para o mundo. Com o trabalho, consigo me organizar financeiramente e pude dar uma qualidade de vida melhor para os meus filhos. Antes tínhamos dificuldades, pois apenas o meu marido trabalhava e com os dois trabalhando trouxe um equilíbrio para a família.

Além disso, ela conta que foi na palestra de empregabilidade, oferecida como parte do programa de qualificação da GNA, que descobriu a verdadeira vocação profissional: trabalhar na área de Recursos Humanos. "Nesse dia, meu marido não queria que eu fosse à palestra, mas fui mesmo assim. Me graduei em Gestão de Recursos Humanos e, hoje, trabalho na GNA, na área Administrativa", diz ela.

Jossi, como é chamada pelos colegas de trabalho, diz ter muito orgulho da trajetória e

de todos os desafios superados e que o segredo é não deixar o medo nos paralisar. "Não podemos ter medo de mergulhar no desconhecido. O medo existe, é claro, mas não pode nos paralisar. Tentar algo novo é sempre desafiador e mostra que, com um pouco mais de coragem, somos capazes".

O programa impulsionou a contratação de mulheres da região para trabalhar nas obras das GNA, incentivando a diversidade "na base". Ao todo, cerca de 650 mulheres da região foram contratadas e, para muitas delas, esse foi o primeiro emprego de carteira assinada, o que representou uma mudança de vida e independência financeira. Com o novo cenário no canteiro de obras, foram realizadas adaptações para inclusão das mulheres: novos banheiros exclusivamente femininos (com cor diferenciada), entrada exclusiva para mulheres, uniformes adaptados para as mulheres.

O programa foi criado com o objetivo qualificar homens e mulheres, preferencialmente moradores de São João da Barra, a se prepararem para aproveitar as oportunidades de

trabalho na região, bem como atender, sempre que possível e necessário, parte da demanda por profissionais para a construção das usinas da GNA, que farão parte do maior parque termelétrico da América Latina, em construção no Porto do Açú.

Durante a construção da UTE GNA I (primeira usina da GNA em operação desde set/2021), mais de 600 mulheres da região foram contratadas para trabalhar nas obras, muitas delas alunas formadas pelo I Programa de Qualificação da GNA. Nesta primeira edição (2018 -- 2020), foram 330 alunos formados, sendo 68% deles contratados para trabalhar nas obras da GNA I, incluindo toda a turma exclusivamente feminina de Solda. O programa, que já na sua segunda edição, conta com a parceria instituições, como FIRJAN/SENAI e IFF e a Prefeitura de São João da Barra e é reconhecido pelo Banco Mundial.

O sucesso da iniciativa foi tão grande, que em janeiro deste ano a GNA lançou a segunda edição, com 25% das vagas para o gênero feminino. No entanto, 41% das inscrições foram realizadas por mulhe-

res, o dobro registrado na 1ª edição. Em razão da alta procura, foram formadas duas turmas exclusivamente femininas, o que reforça o compromisso da empresa com a diversidade e a inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Para Carlos Baldi, Diretor de Implantação e Operação da GNA, apoiar a diversidade e a inclusão em todas as esferas é importante para a construção de uma sociedade mais justa, principalmente na indústria, onde a presença masculina ainda é forte. "Para nós a diversidade representa oportunidade, mesmo que para isso seja necessário quebrar tabus. Significa superar medos, preconceitos e desafios em prol de um sonho. As iniciativas que desenvolvemos para a comunidade, em especial para mulheres, representam uma mudança de vida, além de trazer esperança para a vidas delas e de suas famílias".

Além de qualificação profissional, a GNA também investe em workshops sobre empreendedorismo e um Programa de Tutoria, com o objetivo de estimular ainda mais o interesse e

a permanência dos alunos. São promovidas oficinas e palestras de empregabilidade, onde são ministrados cursos de produção de currículos e de como se portar em entrevistas.

A GNA é uma joint venture formada pela bp, Siemens, SPIC Brasil e pela Prumo Logística dedicada ao desenvolvimento, implantação e operação de projetos estruturantes e sustentáveis de gás natural e energia. Instalada no Porto do Açú, a GNA está construindo o maior Parque Termelétrico a Gás Natural da América Latina, composto pela UTE GNA I (em operação) e a UTE GNA II (em obras). Para abastecer as usinas, a GNA construiu um Terminal para a movimentação de Gás Natural Liquefeito (GNL), onde está atracada a FSRU BW Magna, embarcação com capacidade para armazenar e regaseificar até 28 milhões de m³/dia. Juntas, as duas térmicas irão gerar 3 GW, energia suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências. Os projetos contam com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida, com os devidos ajustes em decorrência do encerramento da atividade operacional em setembro/22.

Os valores são expressos em milhares de reais, para o período de apenas 9 (nove) meses, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo inicial de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderia até 21/03/2021, tendo o prazo alterado para 21/09/2022, devido ao atraso no processo de licitação.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2022 caracterizou-se pelo encerramento das atividades operacionais em setembro/22, data do encerramento do Quinto Aditivo ao contrato de concessão. A CRT realizou inúmeras atividades atendendo o Plano de Entrega da Concessão, buscando maximizar o aproveitamento dos colaboradores.

A CRT intensificou os esforços junto à ANTT, objetivando a finalização do processo de Haveres e Deveres, assim como as tratativas de conclusão da apuração do valor do desequilíbrio do contrato de concessão.

A seguir, os destaques de 2022:

• Rating

A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 13/07/2022, afirmou e, ao mesmo tempo, retirou o Rating Nacional de Longo Prazo AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (CRT), com perspectiva estável. A retirada do rating ocorreu em função da proximidade do término do contrato de concessão.

• Tarifa Básica de Pedágio

Deliberação nº 158, de 20 de abril de 2022 – Aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio da Concessionária Rio Teresópolis S/A (CRT), com o percentual positivo de 15,13%, passando de R\$ 18,80 para R\$ 21,70 (PN1) e de R\$ 13,10 para R\$ 15,20 (PA1 e PA2), a partir do dia 01/05/2022.

• Receita Líquida Ajustada

A Receita Líquida Ajustada apresentou uma queda de 9,5% em relação a 2021 devido ao fim do contrato de concessão da CRT em 21/09/2022.

• EBITDA Ajustado

Com o encerramento das atividades da Companhia em 21/09/2022, a redução da Receita Líquida, houve uma queda do EBITDA Ajustado em relação a 2021 de 15,4%, alcançando o índice de 60,9% de Margem EBITDA Ajustada.

• Reequilíbrio do Contrato de Concessão devido a retirada das praças de pedágio PN2 & PN3

Também estão em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

Conforme citado acima, as novas tarifas básicas de pedágio passaram a vigorar a partir de 01/05/2022.

Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Pagantes	6.407	8.738	-26,7%
Manual	3.177	4.578	-30,6%
Automática	3.230	4.160	-22,4%

VEP'S em MM



A Companhia utilizava dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Veloe e Greenpass - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou uma queda de 1.401 mil veículos (-30,6%), e o tráfego das pistas automáticas de 930 mil veículos (-22,4%).



4. INDICADORES OPERACIONAIS

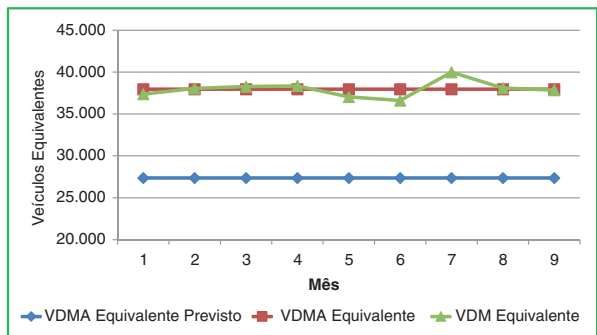
As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA, respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2022



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

Tráfego Pedagiado em 2022

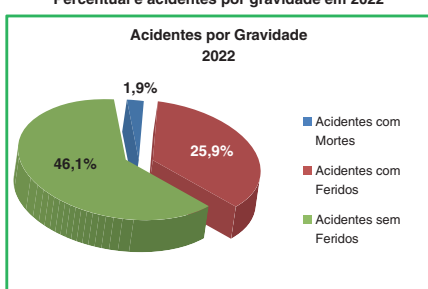
Descrição das Categorias	Quant.
Categoria	Quant.
1 automóvel, caminhonete e furgão	4.690.108
2 caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	801.526
3 automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	15.603
4 caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	239.608
5 automóvel com reboque e caminhonete com reboque	3.609
6 caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	188.313
7 caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	108.785
8 caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	189.264
9 caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	33.054
10 caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	1.168
11 motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	107.906
Especial caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	27.922
Total	6.406.866

4.2 Segurança no Tráfego

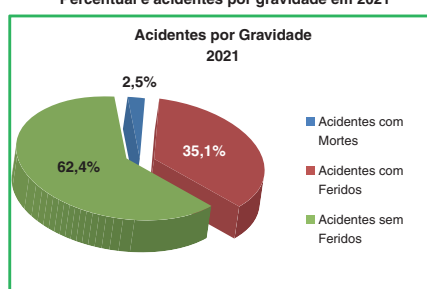
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2022 e 2021.

Percentual e acidentes por gravidade em 2022

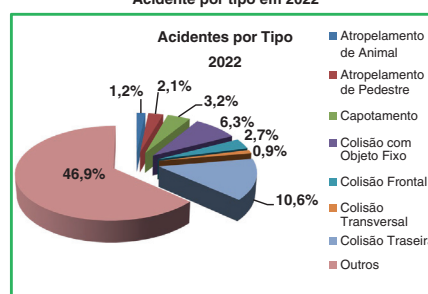


Percentual e acidentes por gravidade em 2021

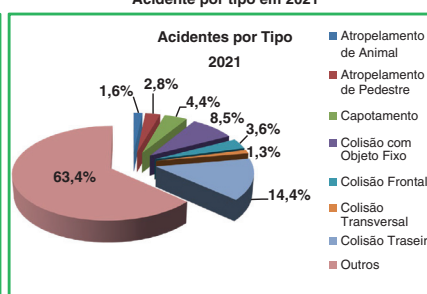


O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2022



Acidente por tipo em 2021



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em setembro/2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipos de Veículos	Quantidade	Quantidade/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	3	2
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	17	12
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	0	0
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	2	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	24	17
Total de Veículos	41	29

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em setembro/2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de Função	Quantidade	Quantidade / VDMA
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Insp. Tráfego	16	4,2
Operadores de CCO	7	1,8
Líder de CCO	4	1,1
Operador de CFTV	7	1,8
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Operadores de Balança	39	10,3
Assistente de Balança	1	0,3
Guincho Leve	3	0,8
Guincho Pesado	1	0,3
Guincho Super Pesado	2	0,5
Médico	7	1,8
Resgatista/Socorrista	32	8,4
Total de Pessoal Operacional	121	31,9
Coordenador Pedágio	1	0,3
Líder de Praça	2	0,5
Sup. Pedágio	1	0,3
Controlador de Praça	5	1,3
Arrecadador	69	18,2
Total de Pessoal de Pedágio	78	20,5
Total	199	52,4

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2022 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
Receita com Pedágio	200.308	5.974.015
Receita extraordinária	1.351	20.378
Total	201.659	5.994.393

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2022, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
Investimentos	13.183	1.227.101

4.4.3 Custos Operacionais

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais	49.400	1.321.921

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2022.

R\$ mil	Em 2022	Acumulado
ISS	9.950	292.042

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

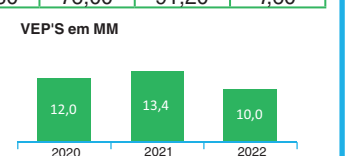
Valor da tarifa por praça de pedágio

Praça de Pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	21,70	43,40	32,55	65,10	43,40	86,80	108,50	130,20	10,85
PA1 (km 114,5)	15,20	30,40	22,80	45,60	30,40	60,80	76,00	91,20	7,60
PA2 (km 122,0)	15,20	30,40	22,80	45,60	30,40	60,80	76,00	91,20	7,60

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

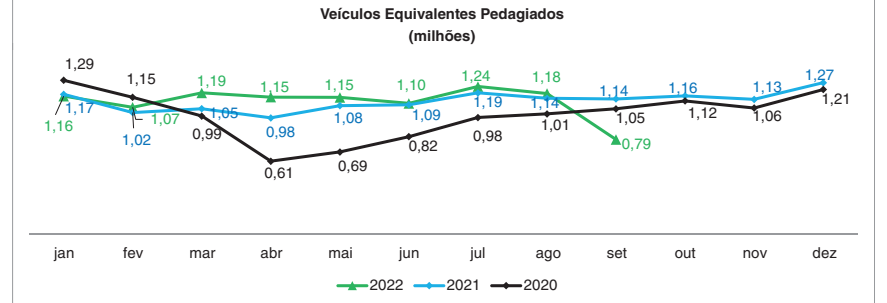
5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Veículo - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	10.021	13.414	-25,3%
Leves	4.775	6.571	-27,3%
Pesados	5.247	6.843	-23,3%



Em 2022, foram pedagiados 10 milhões de veículos equivalentes, queda de 25,3% em relação a 2021. Os veículos leves apresentaram queda de 1.796 mil VEP's (-27,3%) e os veículos pesados de 1.596 mil VEP's (-23,3%).

Veículos Equivalentes Pedagiados (milhões)

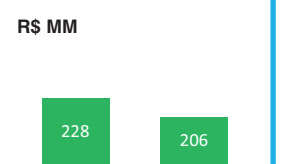


6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

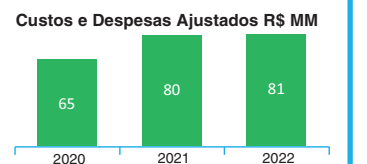
Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 109M, redução de -31,87% em relação a 2021, cujo valor adicionado foi de R\$ 160M.

R\$ mil	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	217.251	251.182	-13,5%
Receitas de Pedágio	200.308	248.817	-19,5%
Outras Receitas	25.740	3.898	560,3%
Receita de Construção (IFRS)	11.074	23.269	-52,4%
Reduções da Receita	(19.871)	(24.802)	-19,9%
Receita Líquida Ajustada¹	206.177	227.913	-9,5%



6.2 Custos e Despesas

R\$ mil	2022	2021	Δ%
Custos e Despesas	154.962	137.863	12,4%
Pessoal	28.502	24.359	17,0%
Operacionais e Administrativas	27.029	30.750	-12,1%
Conservação e Manutenção	13.445	13.782	-2,4%
Ônus da Concessão	3.464	4.499	-23,0%
Outros Custos/Despesas	8.273	6.249	32,4%
Provisões Líquidas	2.526	(1.869)	-235,1%
Custo da Construção (IFRS)	11.074	23.269	-52,4%
Depreciações e Amortizações	60.649	36.824	64,7%
Custos e Despesas Ajustados¹	80.713	79.639	1,3%



¹Exclui Receita de Construção e provisões.

• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2022 foi de R\$ 200,3M, o que representou uma queda de R\$ 48,6M em relação ao ano anterior, devido ao fim do contrato de concessão em 21/09/2022.

• **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 25,7M em 2022, crescimento de R\$ 21,8M em relação a 2021. O crescimento deve-se reconhecimento da receita de reequilíbrio em função do menor tráfego realizado quando comparado com o 5º aditivo do contrato de concessão, no valor de R\$ 22,8M.

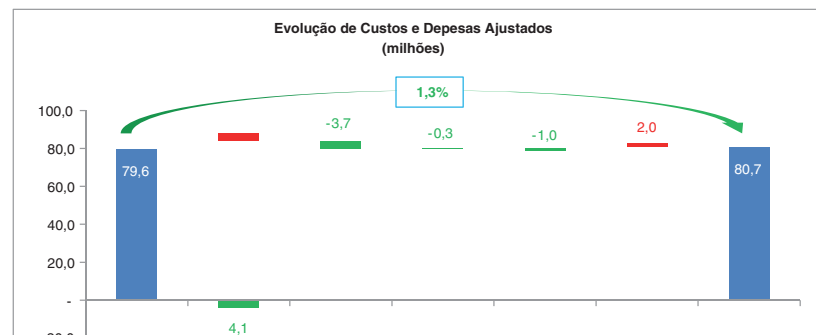
• **Receita da Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 11,1M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

Os Custos e Despesas Ajustados estão R\$ 1,1M (+1,3%) acima dos registrados em 2021. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 4,1M (+17,0%), em função do reajuste salarial e das rescisões devido ao fim das operações da companhia; **Operacionais/Administrativas e Ônus da Concessão** – queda devido ao fim do contrato de concessão; **Outros Custos/Despesas** - crescimento de R\$ 2,5M com despesas de sinistros provocados por escorregamento de encostas. **Provisões Líquidas** - Reversão de provisões referentes a ações civis, tributárias e trabalhistas.

6.3 EBITDA e Margem EBITDA

Os Custos e Despesas Ajustados são R\$ 1,1M (+1,3%) acima dos registrados em 2021. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 4,1M (+17,0%), em função do reajuste salarial e das rescisões devido ao fim das operações da companhia; **Operacionais/Administrativas e Ônus da Concessão** – queda devido ao fim do contrato de concessão; **Outros Custos/Despesas** - crescimento de R\$ 2,5M com despesas de sinistros provocados por escorregamento de encostas. **Provisões Líquidas** - Reversão de provisões referentes a ações civis, tributárias e trabalhistas.

Evolução de Custos e Despesas Ajustados (milhões)



As despesas com Depreciação e Amortização de 2022 totalizaram R\$ 60,6M, acima em 64,7% em relação ao ano de 2021 (+R\$ 23,8M).

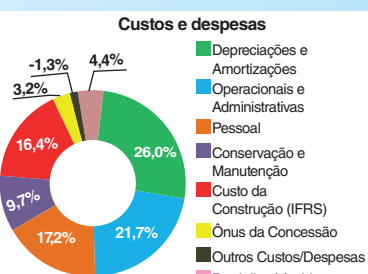


Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.



Total	11.335	23.683	-52%
--------------	---------------	---------------	-------------

Em 2022 foram investidos R\$ 11,3M, com destaque para obras de reconstrução do pavimento flexível.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégica

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: (R = 4,1180175 x D)¹.

¹R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2022 totalizaram R\$ 51,4M (acionistas R\$ 30,4M e debenturistas R\$ 20,9M), calculados na base de 100% do resultado.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

Em 2020 e 2021 a CRT atualizou suas políticas de Compliance, implementou mecanismos para atender a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, manteve todos os funcionários atualizados por meio de veiculação de conteúdo digital e promoveu treinamento em sala de aula virtual para funcionários e terceiros.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2022 com o efetivo de 31 funcionários.

A CRT manteve o subsídio do seguro de vida em grupo, da assistência médica, do Vale Transporte e do Vale Refeição, bem como incentivo a prática de atividade física.

7.5 Governança Corporativa

7.5.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.5.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.5.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Presidente do Comitê de Ética da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.5.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.5.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.5.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.riotesopolis.com.br, na seção Relações com Investidores.

7.6 Responsabilidade Social e Ambiental

Durante 2022 não houve patrocínio de projetos sociais.

Na área ambiental, ao longo da gestão do contrato de concessão, podemos destacar:

- Programa de Educação Ambiental em escolas da região: Contratação de empresa terceirizada com o intuito de proporcionar um aprendizado de qualidade por meio de atividades lúdicas e interativas, que abordam as temáticas sobre os ecossistemas e educação no trânsito, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental regional. Foram beneficiadas as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II dos municípios de Guapimirim e Teresópolis.
- Projeto Fauna Viva, que existia desde 2008 e contava com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central era identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, buscava-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudassem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitissem a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto era resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva foi realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo iniciava-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

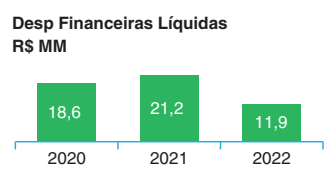
• A seguir, demais projetos implantados na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;
- ✓ Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social;
- ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- ✓ Programa de Controle e Gerenciamento de Resíduos.

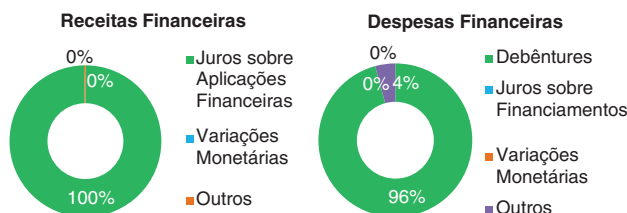
A sustentabilidade também foi uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antifusca na rodovia.

6.4 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2022	2021	Δ%
Receitas Financeiras	14.768	4.877	202,8%
Juros sobre Aplicações Financeiras	14.724	4.635	217,7%
Variações Monetárias	-	241	0,0%
Outros	44	1	3.972,0%
Despesas Financeiras	(26.660)	(26.110)	2,1%
Debêntures	(25.529)	(38.008)	-32,8%
Juros sobre Financiamentos	-	(6)	-100,0%
Variações Monetárias	-	12.646	-100,0%
Outros	(1.131)	(742)	52,5%
Resultado Financeiro	(11.892)	(21.233)	-44,0%



O resultado financeiro da Companhia em 2022 totalizou R\$ 11,9M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de R\$ 9,3M em relação a 2021, devido ao maior rendimento com aplicações financeiras, em função da maior disponibilidade de caixa.



6.5 Resultado do Exercício

DESCRIÇÃO	2022	2021	Δ%
Veículos equivalentes	10.021	13.414	-25,3%
Receita operacional líquida	217.251	251.182	-13,5%
Receitas operacionais	200.308	248.817	-19,5%
Abatimentos	(2.657)	(3.240)	-18,0%
PIS, COFINS, ISS e outros	(17.214)	(21.562)	-20,2%
Outras receitas	25.740	3.898	560,3%
Receita de construção	11.074	23.269	-52,4%
Custos e despesas	(94.313)	(101.039)	-6,7%
Custos e despesas	(77.249)	(75.140)	2,8%
Provisões diversas	(5.365)	(1.340)	300,4%
Reversões diversas	2.839	3.209	-11,5%
Ônus da concessão	(3.464)	(4.499)	-23,0%
Custo de construção	(11.074)	(23.269)	-52,4%
EBITDA	122.938	150.143	-18,1%
EBITDA/receita líquida	56,59%	59,77%	-3,18 p.p.
Depreciações e amortizações ¹	(60.649)	(36.824)	64,7%
Despesas financeiras líquidas ²	(11.892)	(21.233)	-44,0%
Lucro antes imposto de renda	50.397	92.086	-45,3%
Imposto de renda/contribuição social	(18.545)	(30.109)	-38,4%
Lucro líquido das operações continuadas	31.852	61.977	-48,6%
Lucro líquido das operações descontinuadas	244	-	0,0%
Lucro líquido/receita líquida	14,77%	24,67%	-9,90 p.p.
Receita líquida ajustada³	206.177	227.913	-9,5%
EBITDA ajustado⁴	125.464	148.274	-15,4%
Margem EBITDA ajustada	60,9%	65,1%	-4,2 p.p.

¹Inclui R\$ 2.807 de arrendamento IFRS 16

²Inclui R\$ 208 de arrendamento IFRS 16

³Exclui receita de construção e provisões

⁴Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 391,30 contra R\$ 755,52 em 2022. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 355,70 contra R\$ 686,86 em 2021. As variações positivas foram motivadas pela recuperação parcial do tráfego.

Reconciliação EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado	2022	2021	Δ%
Lucro líquido no período	31.852	61.977	-48,6%
Imposto de Renda e CSLL	18.545	30.109	-38,4%
Participações	25.528	38.008	-32,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(13.636)	(16.775)	-18,7%
Depreciação e amortização	60.649	36.824	64,7%
Provisões Líquidas	2.526	(1.869)	-235,2%
EBITDA Ajustado¹	125.464	148.274	-15,4%
Margem EBITDA Ajustada	60,9%	65,1%	-4,2 p.p.

¹Exclui Receita de Construção e provisões.

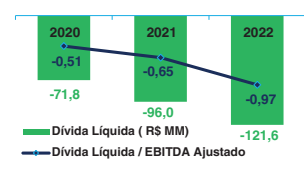
6.6 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

Todos os financiamentos obtidos pela companhia foram devidamente quitados.

6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento - R\$ mil	2022	2021	Δ%
Curto Prazo	11.472	14.082	-18,5%
Debêntures	11.472	14.082	-18,5%
Dívida Bruta	11.472	14.082	-18,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	133.046	110.042	20,9%
Dívida Líquida	(121.574)	(95.960)	26,7%
EBITDA Ajustado	125.464	148.274	-15,4%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	-0,97	-0,65	49,7%



¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 133,0M, superando o saldo de 2021 em R\$ 23,0M. O crescimento do saldo deve-se ao maior rendimento com aplicações financeiras e ao menor desembolso com investimentos.

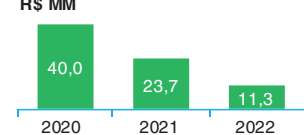
O saldo da dívida bruta em dezembro/2022 é de R\$ 11,5M, uma redução de R\$ 2,6M em relação ao saldo de dezembro/2021.

A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2022 apresentou o indicador de -0,97 contra -0,65 de 2021.

A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.7 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2022	2021	Δ%
Ampliação da Rodovia	3.042	5.110	-40%
Contenções de encostas	890	984	-10%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	7.403	17.589	-58%



7.7 Concessionária em números

Quilômetros de rodovia	Tabela - Rodovias Dados anuais											
	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ											
Número de veículos que transitaram	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.											
Número de praças de pedágios	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 21,70; Comercial por eixo - R\$ 21,70; Motocicletas - R\$ 10,85											
Tarifa	Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 15,20; Comercial por eixo - R\$ 15,20; Motocicletas - R\$ 7,60.											
Número de quilômetros mantidos	142,5 km											
Índice de congestionamento	Trânsito Médio Diário Equivalente											
Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22			
Trânsito Médio Anual Equivalente	37.370	38.047	38.266	38.346	37.030	36.604	39.982	38.091	37.842	37.960		
Equipes utilizadas pelo concessionário	4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estações meteorológicas; 9 Estações pluviométricas; 6 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção											
Índice de qualidade de estrada	Receita de Pedágio											
Receita de Pedágio	200.308											
Custos associados às receitas de pedágio	117.993											
Fator Trabalho	Número de Trabalhadores											
Número de Trabalhadores	31											
Fator Capital	Despesas de Pessoal											
Despesas de Depreciação/ Amortização	535.818											
Ativo Líquido	22											
Ativo Bruto	535.840											
Série Histórica dos Investimentos	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.909	9.891
	ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		14.247	13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.788	31.121	35.210	13.988	20.470
	ANO	2018	2019	2020	2021	2022						
	11.415	22.371	40.203	28.341	13.183							
Fatores Intermediários	Despesas em Administração											
Despesas em Administração	4.255											
Despesas em Manutenção	1.834											
Outras Despesas	8.394											
Seguridade	Acidentes por Gravidade											
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes											
	19											
	Acidentes com Feridos											
	388											
Acidentes sem Feridos												
1.082												
Total												
1.489												
Indicadores	Receita por Veículo											
Receita por Veículo	31,26											
Custo por veículo	18,42											


Concessionária Rio Teresópolis S/A

 COMPANHIA ABERTA
 CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
 REG. CVM Nº 01920-8

78 Balanço Social
CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social		
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em mil)		
	2022 - Valor	2021 - Valor
1 - Base de cálculo		
Faturamento bruto	212.733	273.564
Receita líquida (RL)	192.862	248.762
Resultado operacional (RO)	13.393	108.478
Folha de pagamento bruta (FPB)	21.281	19.100
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	20.483	17.692

2 - Indicadores sociais internos						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.109	5%	1%	1.336	7%	1%
Encargos Sociais	9.203	43%	5%	5.012	26%	2%
Saúde	1.712	8%	1%	2.275	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	315	1%	0%	269	1%	0%
Educação	—	0%	0%	2	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2	0%	0%	6	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	4.029	19%	2%	3.230	17%	1%
Outros	1.086	5%	1%	1.728	9%	1%
Total - Indicadores sociais internos	17.456	82%	10%	13.858	73%	9%

3 - Indicadores sociais externos						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	—	0%	0%	—	—	0%
Outros	2	0%	0%	4	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	2	0%	0%	4	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	35.966	169%	19%	52.543	275%	21%
Total - Indicadores sociais externos	35.968	169%	19%	52.547	275%	21%

4 - Indicadores ambientais						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	886	4%	0%	1.020	5%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	523	2%	0%	611	3%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.409	7%	0%	1.631	9%	0%
Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%		
	() Cumpre de 50 a 75%			() Cumpre de 50 a 75%		
	(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional						
	2022		2021			
Nº de colaboradores ao final do período	31		275			
Tempo de serviço	— até seis meses		7,64% até seis meses			
	— de seis meses a um ano		1,09% de seis meses a um ano			
	3,23% entre um e dois anos		5,45% entre um e dois anos			
	16,13% entre dois e cinco anos		38,18% entre dois e cinco anos			
	80,65% mais de cinco anos		47,64% mais de cinco anos			

Nº de admissões durante o período	19	25
Nº de demissões durante o período	263	24
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores terceirizados	0	514
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	8
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	0	7
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	10	197
Nº de colaboradores acima de 45 anos	21	63
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	13	111
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	42,86%	28,57%
Remuneração paga a mulheres no período	69	271
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	0	39
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	0	8
Total de horas extras trabalhadas	7	1.797

	2022		2021		
Total de horas extras pagas	287	1%	433	2%	0%
Total de INSS pagos	3.081	14%	3.060	16%	1%
Total de FGTS pago	3.744	18%	1.199	6%	0%
Total de Contribuição Sindical paga	204	1%	205	1%	0%
Total dos demais encargos sociais pagos	3.587	17%	483	3%	0%
Total de ICMS recolhido no período	—	—	738	4%	0%
Total de IR recolhido no período	13.885	65%	22.152	116%	9%
Total de CSLL recolhida no período	4.784	22%	7.957	42%	3%
Total de PIS recolhida no período	1.294	6%	1.640	9%	1%
Total de COFINS recolhida no período	5.970	28%	7.569	40%	3%
Total de outros tributos recolhidos no período	10.082	47%	12.542	66%	5%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
	2022	2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	65,58%	58,12%
Número total de acidentes de trabalho	3	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () todos + CIPA
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
Quando a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve
Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia () organiza e incentiva	(X) apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	68% na Concessionária 0% no PROCON 3% na Justiça	75% na Concessionária 0% no PROCON 5% na Justiça

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8.1 Prêmios e Reconhecimentos

Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.

Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.

Segundo a pesquisa IBOPE/2020, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 84% dos entrevistados continuam avaliando positivamente as condições da estrada, e consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades ao longo do contrato de concessão.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	133.046	110.042	Fornecedores	12a	116	2.473
Créditos a receber	6	—	14.708	Arrendamento mercantil	12b	—	2.484
Indenizações a receber	6.1	22.782	—	Remuneração a pagar a debenturistas	17	3.804	6.414
Estoques	7	—	1.380	Instrumentos financeiros	17	7.668	7.668
Despesas antecipadas		269	1.585	Salários, provisões e contribuições	13	2.621	4.609
Impostos a recuperar	8a	5.728	108	Obrigações fiscais	8b	88	7.303
Imposto de renda e CSLL diferidos	8c	—	1.054	Imposto de renda e CSLL diferidos	8c	7.112	—
Adiantamento a fornecedores		526	468	Provisão para manutenção	15	—	294
Outros		630	759	Provisão para indenizações trabalhistas e encargos	16	1.865	—
		162.981	130.104	Dividendos	12c	6	6
				Outras obrigações a pagar	12c	—	2.226
Não circulante						23.280	33.477
Depósitos judiciais	14	764	1.336	Não circulante			
Outras contas a receber		664	1.520	Obrigações legais decorrentes de processos judiciais	14	8.492	7.628
Imposto de renda e CSLL diferidos	8c	2.001	1.707			8.492	7.628
Indenizações a receber	14	2.606	2.606	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	9	777	Capital social	18a	99.400	99.400
Imobilizado - arrendamento	10.1	—	2.691	Reservas de capital	18c	—	3.596
Intangível	11	13	46.508	Reservas de lucros	18c	37.866	43.148
		6.057	57.145			137.266	146.144
Total do ativo		169.038	187.249	Total do passivo e patrimônio líquido		169.038	187.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Lucros						Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2021		99.400	3.596	2.350	5.630	3.124	22.390	—	136.490
Dividendos de ex. anterior distribuídos no exercício		—	—	—	—	—	(2.379)	—	(2.379)
Dividendos antecipados		—	—	—	—	—	(7.115)	—	(7.115)
Dividendos pagos		—	—	—	—	—	—	(41.626)	(41.626)
Dividendos adicionais propostos		—	—	—	—	—	13.719	(13.719)	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	61.977	61.977
Apropriação do lucro do exercício									
Constituição de reservas		—	—	3.099	589	2.944	—	(6.632)	—
Outros resultados									
Ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	(1.203)	—	(1.203)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		99.400	3.596	5.449	6.219	6.068	25.412	—	146.144
Aumento de capital		3.596	(3.596)	—	—	—	—	—	—
Dividendos de ex. anterior distribuídos no exercício		—	—	—	—	—	(6.605)	—	(6.605)
Dividendos sobre extinção de reservas		(3.596)	—	—	—	—	(5.820)	—	(9.416)
Dividendos pagos		—	—	—	—	—	—	(24.953)	(24.953)
Dividendos adicionais propostos		—	—	—	—	—	5.539	(5.539)	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	32.096	32.096
Apropriação do lucro do exercício									
Constituição de reservas		—	—	1.604	(6.219)	(6.068)	12.287	(1.604)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		99.400	—	7.053	—	—	30.813	—	137.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita de serviços		180.486	224.261
Receita extraordinária		1.302	1.424
Receita de construção		11.074	23.269
Receita operacional líquida	18	192.862	248.954
Custo dos serviços	19	(106.919)	(84.808)
Custo de construção	19	(11.074)	(23.269)
Lucro bruto		74.869	140.877
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	20	(28.956)	(22.925)
Depreciações e amortizações		(2.988)	(3.516)
Participação de empregados	22a	(4.029)	(3.230)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas		23.393	2.113
Lucro operacional		62.289	113.319
Receitas financeiras	22	14.767	17.523
Despesas financeiras	22	(1.131)	(748)
Remuneração de debenturistas	22	(25.528)	(38.008)
Despesas financeiras, líquidas		(11.892)	(21.233)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		50.397	92.086
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8d	(10.552)	(26.747)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8d	(7.993)	(3.362)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(18.545)	(30.109)
Resultado líquido das operações continuadas		31.852	61.977
Resultado líquido das operações descontinuadas	9.1	244	—
Lucro líquido do exercício		32.096	61.977
Lucro líquido por ação - básico	24	391,30	755,56
Ações preferenciais		355,70	686,84
Lucro líquido por ação - diluído			



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede esteve localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ, durante o período de exploração da rodovia e atualmente, a sede da CRT encontra-se localizada na Rua do Passeio, 38, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão. A ANTT através da Deliberação Nº158 de 20 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2022, aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 18,80 para R\$ 21,70, que passou a vigorar a partir do dia 01 de maio de 2022. O Processo relacionado a apuração de haveres e deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT 5.926, de 02 de fevereiro de 2021.

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013, provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo. Embora a ANTT tenha reconhecido através da Resolução nº 5.417 de 20 de setembro de 2017, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro de 2018.

Em 20 de maio de 2022 foi realizado o leilão da Rodovia Rio-Valadares (GRV) tendo sido declarada vencedora a empresa Ecorodovias. Em atendimento ao Ofício SEI 17453/2022/SUROD/DIR-ANTT, de 8 de junho de 2022, a CRT iniciou as tratativas do processo de transição com a ANTT e a empresa vencedora do leilão citado acima.

A CRT realizou inúmeras tentativas com a ANTT para continuar operando a rodovia, uma vez que o processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ainda não havia sido concluído. A ANTT não se manifestou favorável quanto as alegações da CRT.

Em 01 de setembro de 2022, a CRT ajuizou Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de urgência, visando a continuidade na exploração da rodovia, até que fossem apreciados os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e a conclusão do processo de haveres e deveres em análise pela ANTT. Em 20 de setembro de 2022, em decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região houve o indeferimento do pedido realizado pela CRT para restabelecer a administração do trecho concedido mediante a celebração do contrato de concessão.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 horas, o novo concessionário EcoRioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.

A CRT continua as tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos a CRT.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2023.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.18. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
Não há normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondiam aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques eram apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão foram registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear à taxa que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.12 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.14 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.15 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.16 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 14 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda "possível", os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para "provável".

b.3) Operações descontinuadas

Em 27 de maio de 2022, a Administração da Companhia aprovou o início do processo de descontinuidade das atividades da Concessionária.

Assim, os ativos da CRT foram reclassificados no ativo não circulante como ativos não circulantes mantidos para venda de operações descontinuadas. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados. A Administração da Companhia considera que o processo de descontinuidade das atividades da CRT satisfaz os critérios para sua reclassificação como ativos de operações descontinuadas pelos seguintes motivos:

- Os ativos foram disponibilizados para venda, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- Os ativos reversíveis foram segregados como ativos da concessão e estavam em processo de transição com o órgão regulador (DNIT/ANTT) e a nova concessionária;
- A Administração da Companhia planejou a venda dos ativos disponíveis e concluiu as negociações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.20 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A classificação poderá ser da seguinte forma: - Custo amortizado;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou

- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como "custo amortizado" (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos seus ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.21 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras.



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 132.057 (R\$ 103.811 em 2021), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização nos valores de realização estimados. As estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber e fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	132.057	132.057	132.057
Taxa anual estimada do CDI	12,39%	9,29%	6,20%
Efeito anual no caixa líquido	16.362	12.268	8.188

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, podem ser assim resumidos:

	2022	2021
Debêntures (Nota 17)	11.472	14.082
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(133.046)	(110.042)
Dívida líquida	(121.574)	(95.960)
Total do patrimônio líquido	137.266	146.144
Total do capital	15.692	50.184
Índice de alavancagem financeira	(7,75)	(1,91)

Em 13 de julho de 2022, a classificadora de riscos Fitch Ratings afirmou e, ao mesmo tempo, retirou o Rating Nacional de Longo Prazo AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável. A retirada do rating ocorreu em função da proximidade do término do contrato de Concessão.

4 - Contrato de Concessão

A exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades foram submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT deteve o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 26 anos e seis meses, se encerrando em 21 de setembro de 2022.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Caixa e Bancos (VJR):	989	6.231
Aplicações Financeiras de curto prazo (VJR):		
Banco Santander S.A.	2	20.507
Banco ABC Brasil S.A.	1	57.893
Banco Bradesco S.A.	132.054	25.411
Total das Aplicações	132.057	103.811
Total caixas, bancos e aplicações	133.046	110.042

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99,0% e 102,0% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6 - Créditos a Receber

	2022	2021
Pedágio eletrônico	-	14.046
Vale Pedágio	-	613
Outros	-	49
Total	-	14.708

A Companhia operou desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18 de setembro de 2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia operou ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais, Greenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação era cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registrou provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2022, não há valores significativos em atraso.

6.1 - Indenizações a Receber

	2022	2021
Desequilíbrio financeiro	11.546	-
Desequilíbrio financeiro - ISS	11.236	-
Total	22.782	-

Os valores registrados correspondem ao desequilíbrio econômico-financeiro a receber decorrente da diferença de tráfego realizado e o recolhimento do ISS sobre o valor reequilibrado na tarifa a título de indenização contratual no período de extensão do Contrato de Concessão conforme determinado no quinto aditivo.

7 - Estoques

	2022	2021
Almoxarifado	-	1.380
Total	-	1.380

Os estoques representavam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

8 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social IPTU	5.714	94
Circulante	14	14
Total	5.728	108

O crédito de imposto de renda e contribuição social de 2022, corresponde ao saldo negativo apurado no período de extensão do contrato de concessão, cuja recuperação ocorrerá no decorrer do próximo exercício.

b) Obrigações fiscais

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social PIS e COFINS	-	4.999
ISS	76	943
ICMS	9	1.334
IRRF	-	4
Circulante	3	23
Total	88	7.303

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Circulante	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	-	-	-	71	26	97
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	-	-	-	1	-	1
IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento	-	-	-	707	255	962
IR e CSLL diferidos s/ Indenizações Trabalhistas	466	168	634	-	-	-
Ativo circulante	466	168	634	779	281	1.060
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	-	-	-	2	1	3
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	-	-	-	2	1	3
IR e CSLL diferidos s/ Reequilíbrio	5.696	2.050	7.746	-	-	-
Passivo circulante	5.696	2.050	7.746	4	2	6
Imposto diferido líquido ativo/passivo	(5.230)	(1.882)	(7.112)	775	279	1.054

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsecamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Não Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.123	764	2.887	1.907	687	2.594
Ativo não circulante	2.123	764	2.887	1.907	687	2.594
Passivo						
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	652	234	886	652	235	887
Passivo não circulante	652	234	886	652	235	887
Imposto diferido líquido ativo	1.471	530	2.001	1.255	452	1.707

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes da tributação - operações continuadas	50.397	92.086
Lucro antes da tributação - operações descontinuadas	369	-
Lucro antes da tributação	50.766	92.086
IR e CS sobre lucro líquido 34% - operações continuadas	(17.135)	(31.309)
IR e CS sobre lucro líquido das operações descontinuadas 34%	(125)	-
Despesas não dedutíveis diversas	(1.394)	(741)
Exclusões permanentes diversas	8.030	544
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	7	194
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(121)	468
IRPJ e CSLL s/ Reequilíbrio	(7.746)	-
IRPJ e CSLL s/ Indenizações Trabalhistas	634	-
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento	(844)	711
Outros	24	24
IR e CS totais	(18.670)	(30.109)
Corrente	(10.677)	(26.747)
Diferido	(7.993)	(3.362)

9 - Ativos não Circulantes Mantidos para Venda de Operações Descontinuadas

	Custo	Depreciação	Baixa	Saldo em 2022
Equipamento e instalações	504	(285)	(219)	-
Computadores e periféricos	853	(803)	(50)	-
Móveis e utensílios	187	(138)	(49)	-
Veículos	126	(126)	-	-
Outros imobilizados	40	(39)	(1)	-
Estoques para imobilizados	92	(77)	(15)	-
Total	1.802	(1.468)	(334)	-

No decorrer do encerramento do contrato de concessão, a empresa segregou os ativos mantidos para venda, cuja fase de negociação com os potenciais compradores se concretizou no período de até dois meses.

9.1 Resultado Líquido de Operações Descontinuadas

	2022	2021
Venda de imobilizado de operações descontinuadas	512	-
Custo operação descontinuada	(143)	-
Resultado das operações descontinuadas	369	-
Impostos sobre o lucro	(125)	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	244	-

10 - Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2021							
Saldo inicial líquido	728	316	134	188	56	144	1.566
Aquisições	-	-	-	-	-	52	52
Transferências	(260)	(223)	(8)	-	-	(111)	(602)
Baixas	(281)	(13)	(6)	-	-	(21)	(321)
Depreciação	(141)	(108)	(28)	(176)	(10)	(36)	(499)
Transferências	186	145	2	-	-	43	376
Baixas	183	12	4	-	-	6	205
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	1.814	1.157	324	1.297	267	137	4.996
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.028)	(226)	(1.285)	(221)	(60)	(4.219)
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 1º de janeiro de 2022							
Saldo inicial líquido	415	129	98	12	46	77	777
Aquisições	-	-	-	-	-	32	32
Transferências	43	73	11	-	-	(141)	(14)
Baixas	(1.857)	(1.049)	(328)	(1.217)	(267)	(28)	(4.746)
Depreciação	(67)	(78)	(18)	(12)	(7)	(19)	(201)
Transferências	(23)	(37)	-	-	-	72	12
Baixas	1.489	969	239	1.217	228	7	4.149
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	-	181	7	80	-	-	268
Depreciação acumulada	-	(174)	(5)	(80)	-	-	(259)
Saldo contábil líquido	-	7	2	-	-	-	9

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estiveram vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

10.1 Contratos de arrendamento

</



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2022 representam obrigações com prazos de pagamento geralmente inferiores a três meses.

(2) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.
(3) Antecipações recebidas de clientes por conta de serviço técnico e de alienação que a Concessionária irá realizar num período até 12 (doze) meses após o encerramento do período contábil.
(4) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.
(5) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

As obrigações acima estavam vinculadas diretamente à administração da concessão e os saldos foram baixados no 4º trimestre de 2022.
13 - Salários, Provisões e Contribuições

	2022	2021
Obrigações trabalhistas	322	1.561
Participação no resultado	1.524	2.076
Encargos trabalhistas	385	623
Imposto de renda retido na fonte	320	117
Benefícios	10	10
Outros	60	222
Total Circulante	2.621	4.609

A redução nas rubricas acima refere-se ao desligamento dos colaboradores em função do término da exploração da rodovia.

14 - Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 764 em dezembro de 2022 (R\$ 1.336 em 2021), depositados e bloqueados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 394 (R\$ 977 em 2021) e R\$ 370 (R\$ 359 em 2021), respectivamente.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 2022	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 2022
Trabalhistas	172	1.490	(45)	(53)	1.564
Cíveis	7.000	1.676	(460)	(1.288)	6.928
Fiscais	456	333	(315)	(474)	—
Valor Provisionado	7.628	3.499	(820)	(1.815)	8.492

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 6.928, dos quais, R\$ 4.996 refere-se à ação ajuizada em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice, emitida pela seguradora Bradesco Seguros, atualmente registrada no ativo não circulante no valor de R\$ 2.606.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, possível e remota envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, cujo valor será apurado em perícia a ser realizada. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé. A partir de 22 de setembro de 2022, estas ações passaram a ser gerenciadas pela nova concessionária.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de terceiros, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017 nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013. O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilíbrio.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, decidiu recalculer o valor do reequilíbrio, não havendo, até o momento, consenso com a CRT entre o montante, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor.

Continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro de 2018. A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 32.967 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 24.852 em 2021), referente a processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas	2.942	2.772
Cíveis	29.617	21.704
Fiscais	408	376
Total	32.967	24.852

15 - Provisão para Manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são:

	Saldo Inicial 2022	Realização	Saldo Final 2022
Provisão para manutenção	294	(294)	—
Total	294	(294)	—

16 - Provisão para Indenizações Trabalhistas e Encargos

A Companhia constitui provisão para indenizações trabalhistas e encargos, face ao término da exploração da rodovia. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação na data do balanço.

Abaixo a composição dos saldos da provisão para indenizações trabalhistas e encargos em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Provisão para indenizações trabalhistas	1.343	—
Provisão para encargos trabalhistas	522	—
Total	1.865	—

17 - Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.

2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.

3) Valor da emissão (em R\$): (Cláusula 2.7): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão, sendo que, após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor total passou a R\$ 37.287.

4) Data de emissão: (Cláusula 2.6): Para todos os efeitos da presente Escritura, inclusive participação nos lucros, a data de emissão das Debêntures será aquela do primeiro dia útil após a data de publicação de 2º anúncio de início de distribuição das Debêntures ("Data de Emissão").

5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor nominal total passou a R\$ 7.668.

6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2.165,13 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o prêmio de emissão total passou a R\$ 29.619.

7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 4º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20): 2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 2.16, observado o disposto nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário no caso previsto na Cláusula 2.19.1 abaixo e no caso de o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.19.1 Observado o disposto na Cláusula 2.19 acima e nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que: (i) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente do descumprimento de quaisquer obrigações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em relação ao Contrato de Concessão; (ii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de quaisquer pleitos judiciais ou administrativos da Emissora para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de demandas judiciais cujo objeto seja o recebimento de quaisquer créditos de titularidade da Emissora.

9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.1): Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, sendo certo que, conforme previsto na Cláusula 2.11.4 abaixo, a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória com relação à totalidade das Debêntures em circulação no Deadline (conforme definido abaixo) ("Conversão Automática"), observando o disposto nos demais subitens da Cláusula 2.11 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá obrigatoriamente ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da distribuição, pela Emissora aos Debenturistas, do resultado líquido dos créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em razão do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995, incluindo eventuais aditivos celebrados (respectivamente, "Deadline" e "Contrato de Concessão"), observado o disposto nos subitens deste item 2.11.4 e, ainda, o disposto no item 2.14 quanto à forma de remuneração. (Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4.1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

R = 4 x D

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

R = 4,1233189 x D

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

R = 4,1180175 x D

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e
D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Face a aprovação do oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures em 18 março de 2021, que alterou o prazo de conversão (nota explicativa 01) e também devido à atual inaplicabilidade e inefetividade da cláusula de vencimento antecipado, a Companhia reverteu o valor de atualização das debêntures, restando como passivo, o valor nominal e as obrigações de remuneração das debêntures que não se alteraram.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (Não houve ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 7.668 em 31 de dezembro de 2021), corresponde ao compromisso da Companhia com obrigação de remuneração com os debenturistas. O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 2022	Adições	Baixas	Saldo Final 2022
Debêntures remuneração	6.414	25.529	(28.139)	3.804
Total	6.414	25.529	(28.139)	3.804

18 - Patrimônio Líquido

a) Capital social
O capital social é de R\$ 99.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2022, foi deliberada a manutenção do capital social da Companhia em R\$ 99.400, não havendo alteração percentual na composição acionária.

A Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária em 15 de dezembro de 2022 para deliberar sobre a proposta de redução do capital social em R\$ 70.000, em virtude da sua excessividade em relação às atividades da Companhia. Tal acontecimento se tornará efetivo após o decurso do prazo para oposição de credores de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação da respectiva ata, assim como determina o art. 174 da Lei nº 6.404/76.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2022				2021			
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
Serra Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	10.264	21,04	8.201	21,76	18.465	21,35	18.465	21,35
CRT - Fundo de Investimento em Participações M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	32.096	61.977
Reserva legal	(1.605)	(3.099)
Base de cálculo	30.491	58.878
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	7.623	14.720
Dividendo adicional pago	17.330	26.906
Dividendo adicional proposto	5.538	13.719
Total de dividendos	30.491	55.345



Concessionária Rio Teresópolis S/A

COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.938.574/0001-05 NIRE Nº 3330016228-3
REG. CVM Nº 01920-8



	2022	2021
Custo de operação:		
Pessoal, encargos e benefícios ⁽¹⁾	(8.326)	(7.488)
Prestadores de serviço	(7.804)	(10.175)
Material, equipamento e veículos	(2.250)	(1.968)
Gastos gerais	(1.295)	(1.318)
Custos contratuais de concessão	(5.016)	(6.923)
	(24.691)	(27.872)
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	(977)	(1.119)
Material, equipamento e veículos	(11)	(42)
	(988)	(1.161)
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	-	(203)
Custo apropriação	-	(854)
	-	(1.057)
Total de custos associados a receita de pedágio	(106.919)	(84.808)
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	(11.074)	(23.269)
Total	(117.993)	(108.077)

(1) O aumento em Gastos gerais, refere-se aos sinistros ocorridos ao longo da rodovia.
(2) O aditivo ao contrato de concessão ocorrido em 18 de março de 2021 ocasionou a mudança de estimativa da vida útil dos ativos amortizáveis e de consumo dos futuros benefícios econômicos incorporados nesses ativos, devido a prorrogação do prazo da concessão por mais 18 meses (conforme nota explicativa 1 e 4). O efeito de mudança na estimativa contábil é prospectivo e está reconhecido no resultado, neste exercício, como despesa e o seu reflexo em períodos e exercícios futuros será igualmente reconhecido no resultado.
(3) O aumento na rubrica de Pessoal, deve-se as rescisões contratuais realizadas pelo final da exploração da rodovia.

21 - Despesas Gerais e Administrativas:

	2022	2021
Salários, encargos e benefícios ⁽¹⁾	(11.090)	(9.018)
Serviços de terceiros	(4.255)	(4.008)
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	(1.834)	(1.192)
Despesas gerais ⁽²⁾	(9.389)	(6.865)
Despesas de remuneração de dirigentes	(2.388)	(1.842)
Total	(28.956)	(22.925)

(1) O aumento na rubrica de Salários, encargos e benefícios no período, refere-se basicamente ao reajuste salarial e as rescisões contratuais provocada pelo encerramento da exploração da rodovia.
(2) O acréscimo na rubrica de gastos gerais deve-se ao provisionamento das contingências.

22 - Receitas e Despesas, Financeiras:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	14.724	4.635
Receita Financeira - Debêntures ⁽¹⁾	-	12.646
Juros ativos	34	-
Varição monetária ativa	-	241
Descontos obtidos	9	1
Total	14.767	17.523

(1) O valor na rubrica Receita Financeira - Debêntures se refere à reversão do ajuste a valor presente das debêntures.

Despesas financeiras:

Despesas de financiamento	-	(6)
Despesas bancárias	(923)	(560)
Despesa Financeira - Arrendamento	(208)	(182)
Outros	-	-
Total	(1.131)	(748)

Remuneração de Debenturistas

Total	(25.528)	(38.008)
	(11.892)	(21.233)

23 - Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados:

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)
A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes.
Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2022, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 4.029 (R\$ 3.230 em 2021).

b) Remuneração e Participação dos Administradores
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.
Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA		CONTADORA RESPONSÁVEL	
NOME	CARGO	NOME	CARGO	Ricardo Fraiha Bustani Diretor-Presidente		Aline Guimarães de Carvalho Gomes CRC-RJ 107.983/O-9	
Genilson Silva Melo	Presidente do Conselho	Maria Cláudia Neris Viana	Conselheiro Titular	Carlos Eduardo Soares de Menezes Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Conselheiro Titular	Wilson Neves dos Santos	Conselheiro Titular				
Antonio Carneiro Alves	Conselheiro Titular	Luiz Claudio Levy Cardoso	Conselheiro Titular				
Leandro Luiz Gaudio Comazzetto	Conselheiro Titular						

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos Administradores e Acionistas da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT) Rio de Janeiro - RJ****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfases**Desequilíbrio econômico - contrato de concessão**

Conforme divulgado na nota explicativa nº14c, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, embora reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, permanece sem consenso entre as partes, no que se refere ao valor, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores desse ativo ou quanto a valores e classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão.

Conclusão do prazo exploratório - contrato de concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 que destaca que em 21 de setembro de 2022, o novo concessionário EcoRio/Minas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis. Esse evento, indica o encerramento das atividades operacionais da Companhia, neste momento.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e registro das receitas de pedágio

Conforme nota explicativa nº19, as receitas da Companhia advêm, substancialmente, de cobranças de pedágio, decorrente dos termos e das condições estabelecidas nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários".

As receitas são auferidas e devidamente registradas através de cobrança manual (em espécie nas cabines de pedágio) e, também, por meio de sistemas automáticos de arrecadação (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando o nível automatizado no processo de registro da receita e a relevância dos valores envolvidos, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos principais procedimentos de auditoria objetivando o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (a) entendimento dos controles internos mapeados pela Companhia e representativos para a sua mensuração, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (b) avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela Administração para o registro da receita de cobrança de pedágio; (c) obtenção de confirmação independente e recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relacionamentos de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas; (d) obtenção de confirmação (circularização) independentemente de parte significativa das transações de arrecadação automática de pedágio; e (e) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. O resultado desses procedimentos nos proporcionou evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelou inconsistências em relação às práticas contábeis da Companhia.

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº14, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisões nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável, conforme preconização da norma contábil CPC 25 (IAS 17) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Além das ações consideradas como perda provável, a Companhia possui ações trabalhistas e civis, em curso, para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas.

A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) inspeção de atas de reuniões da Administração e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Amortização de gastos no ativo intangível de concessão

O contrato de concessão rodoviária representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - IFRIC 12 - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível de concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Os critérios de reconhecimento destes valores, montantes investidos na infraestrutura e demais informações para contextualização do tema estão divulgados nas notas explicativas nº2.6, nº4 e nº11.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolveram a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração da Companhia, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos e/ou indevidamente capitalizadas. Já as amortizações do ativo intangível de concessão, estão classificadas e apresentadas nestas demonstrações financeiras como custo de serviço (nota nº20) e representam, substancialmente, a maior conta devedora no resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos além das amortizações, incluíram, dentre outros: (a) Avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessão;

Composição	2022			2021		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	1.742	646	2.388	1.475	367	1.842
Bônus variáveis (i)	2.094	-	2.094	1.363	-	1.363
Outros	124	-	124	65	-	65
Total	3.960	646	4.606	2.903	367	3.270

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

24 - Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil, seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Numerador	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	17.353	14.744	32.096	33.508	28.469	61.977
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	355.70	391.30	371.20	686.84	755.56	716.78

Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2022 e 2021, vide quadro abaixo:

Numerador	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	10.283	21.813	32.096	19.857	42.120	61.977
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	4.427	9.393	13.820	8.036	17.049	25.085
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	14.710	31.206	45.916	27.893	59.169	87.062
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	301.53	331.71	321.41	571.74	628.95	609.41

(1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

(2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2022 e 100% em 2021. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

25 - Coberturas de Seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis - Entrocamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2022:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização		Vigência	Seguradora
	Administradores e Diretores	Garantia		
Automóveis	25.000	12.964	17/07/2022 a 17/07/2023	Starr Internacional Brasil Seguradora S/A
	3.750	3.750	29/11/2022 a 08/12/2027	Pottencial Seguradora S/A
			30/01/2023 a 30/01/2024	Tókió Marine Seguradora

O item "riscos operacionais" é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; garins adicionais - fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos; greves e lock-out; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluindo equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

26 - Eventos Subsequentes

A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

(b) Realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestação de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (c) Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (d) Testes de recálculos sobre as amortizações do ativo intangível registrada pela Companhia, considerando o critério de amortização praticada pela mesma, conforme nota explicativa nº 2.6 (a).
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos e amortização no ativo intangível da concessão, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos e amortizações, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 23 de fevereiro de 2022 foi emitido com opinião sem modificação, contendo incerteza referente a continuidade operacional e ênfase referente ao Desequilíbrio econômico - contrato de concessão.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

COSUD

Governadores preveem avanços em debates sobre temas importantes

Consórcio de Integração Sul e Sudeste reúne autoridades durante três dias na Zona Sul da capital fluminense

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, repercutiu, durante coletiva de imprensa nesta quinta-feira (02), as expectativas para os três dias da 7ª edição do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud).

Ao lado do vice-governador do Rio, Thiago Pampolha, e dos governadores Ratinho Jr., do Paraná, e Renato Casagrande, do Espírito Santo, Castro falou sobre temas que serão tratados pelos Estados, como a desoneração dos preços dos combustíveis e a centralização do pacto federativo no Brasil.

O evento aconteceu no Centro Cultural da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), em Botafogo, na Zona Sul carioca.

"Vamos discutir, a partir de hoje, enquanto Sul e Sudeste, um posicionamento em relação à desoneração dos combustíveis. Falar sobre isso está entre as minhas propostas e é provável que conste na Carta do Rio de Janeiro, que será entregue no fim do Cosud", afirmou Cláudio Castro.

Já o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, falou sobre a importância do evento para o fortalecimento da democracia brasileira e da melhoria do atendimento de serviços à população.

"Nós vamos debater tam-

bém sobre o pacto federativo, porque é fundamental que a gente compreenda o papel de cada ente da federação. São temas particulares e estratégicos que precisamos discutir para responder aos anseios da sociedade", disse.

O governador do Paraná, Ratinho Jr., destacou a importância do planejamento para melhorar os projetos de saneamento.

"A falta de planejamento na questão do saneamento vem de décadas. Temos capitais do país que têm 4% de saneamento básico, uma vergonha em pleno 2023. Nessa área, temos como bons exemplos os modelos do Espírito Santo e do Paraná, que possuem empre-

sas estatais que estão na bolsa de valores, sendo bem geridas, e que tem um modelo de cogestão, atraindo a iniciativa privada. É possível avançar muito neste tema. A situação do Rio hoje, com uma bem-sucedida concessão, demonstra a importância de uma boa estratégia de planejamento", afirmou.

A parte da tarde é dedicada aos Grupos de Trabalho, onde secretários estaduais e técnicos vão discutir 25 temas, como segurança pública, meio ambiente, educação, saúde e desenvolvimento econômico. Às 18h, os governadores visitam o Centro de Operações Integradas da Águas do Rio, na Região Portuária do Rio.

Saneamento Básico e desenvolvimento dos estados em foco

Referência nacional, a concessão dos serviços de saneamento do Estado do Rio foi o tema da primeira conferência do 7º encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), realizado pelo Governo do Rio de Janeiro nesta quinta-feira (2/3).

A ideia é discutir o acesso universal ao saneamento como ferramenta de desenvolvimento econômico e social dos estados. A conferência contou com a presença de governadores e representantes dos sete estados que formam o Cosud.

"O saneamento não é uma pauta de São Paulo, de Minas Gerais ou do Paraná. É uma pauta do Brasil. O país precisa de um salto de qualidade no serviço de saneamento e de distribuição de água. O Rio de Janeiro é exemplo de uma experiência exitosa na concessão dos serviços de saneamento e distribuição de água. Levar água e esgoto tratados para a população é garantir dignidade, saúde e crescimento. Lançaremos um edital para abrir o capital da Cedae para todos os players do mercado", afirmou o governador Cláudio Castro, anfitrião do evento.

Segundo o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione, o Rio de Janeiro vive hoje um novo momento no setor de saneamento. O Governo do Estado tirou do papel o maior

projeto socioambiental da América Latina, uma concessão grandiosa nos números e nos impactos positivos para a população. No total, são aplicados R\$ 80 bilhões em operação e manutenção, além de R\$ 32 bilhões em investimentos obrigatórios. Além disso, os leilões, realizados em 2021, arrecadaram R\$ 25 bilhões em outorgas. São beneficiados 46 municípios e cerca de 13 milhões de pessoas.

"Quase dois anos depois, os impactos e as melhorias para a população já são uma realidade. O Rio de Janeiro se tornou referência no país. As novas concessionárias - Rio+Saneamento, Iguá e Águas do Rio - geraram, juntas, 10 mil empregos e investiram R\$ 1,4 bilhão em ações como a construção de redes de água e Estação de Tratamento de Água e a reforma de elevatórias. Além, é claro, da melhoria na qualidade da água na Lagoa Rodrigo de Freitas em pouco mais de um ano de operação, por exemplo - explicou o secretário.

Nicola Miccione lembrou ainda do prêmio de melhor projeto concedido, esta semana, à concessão de saneamento do Rio de Janeiro. A premiação "P3C PPPs e Concessões", da Bolsa de Valores de São Paulo, reconheceu as melhores iniciativas em infraestrutura econômica, social e ambiental do país.

CAXIAS

Simpósio na Câmara vai celebrar Dia Internacional da Mulher em 8 de março

A Prefeitura de Duque de Caxias, através da Secretaria Municipal de Saúde, dará início às comemorações pelo Dia Internacional da Mulher com a realização do 1º Simpósio, que terá como tema: "Violência contra a mulher: uma questão de saúde pública". O evento, organizado pelo Departamento de Atenção à Saúde (DAS), ocorrerá no dia 08 de março, a partir das 9hs, no plenário da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

A organização do simpósio está disponibilizando uma ficha on-line para a inscrição

dos participantes. As inscrições gratuitas devem ser feitas através do link: <http://simposiosms.duquedecaxias.rj.gov.br> Será concedido certificado de participação.

O encontro tem como objetivo fazer da data comemorativa também um momento de reflexão sobre o crescimento alarmante dos índices de violência contra as mulheres em todo o mundo. É o que mostram os resultados da pesquisa do Instituto Datafolha (2021), que aponta que cerca de 24,4% - em cada quatro mulheres,

com idade acima de 16 anos - foram vítimas de algum tipo de violência no Brasil, seja ela psicológica, sexual, moral ou patrimonial.

Através do tema "Violência contra a mulher: uma questão de saúde pública", o simpósio pretende mostrar como o sistema de saúde no município de Duque de Caxias tem se organizado para atender a essa demanda crescente, assim como os demais serviços e órgãos de atendimento à mulher.

SERVIÇO
1º Simpósio em alu-

ção ao Dia Internacional da Mulher. Tema: "Violência contra a mulher: uma questão de saúde pública"

Data: 08 de Março de 2023

Horário: 9h
Local: Câmara Municipal de Duque de Caxias

Endereço: Viaduto Paulo Lins, 41 - Bairro Vinte e Cinco de Agosto - DC

Evento Gratuito. Certificado de participação.

As inscrições on-line devem ser feitas, através do link: <http://simposiosms.duquedecaxias.rj.gov.br>

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA
CNPJ/MF nº 00.974.211/0001-25 - NIRE 3.330.016.238-1
CÓDIGO CVM 24937
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CANCELAMENTO DA CONVOCAÇÃO, PUBLICADA EM 7 DE FEVEREIRO, E RERRATIFICADA EM 13, 14 E 15 DE FEVEREIRO DE 2023, PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA LINHA AMARELA S.A. - LAMSA. 1. Fica, desde já, cancelada a convocação, publicada neste jornal no dia 7 de fevereiro, e rerratificada nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro, da Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA ("Debenturistas" "Emissão" e "Emissora", respectivamente), que se realizaria, nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA, celebrada em 04 de maio de 2012, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), em primeira convocação, no dia **06 de março de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Emissora na Av. Carlos Lacerda, s/n, Praça do Pedágio, CEP 20745-150, Água Santa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a qual teria como objeto a seguinte Ordem do Dia: i) Não declaração do vencimento antecipado da Emissão, nos termos da cláusula 7.1, item (j) da Escritura de Emissão, tendo em vista o término do prazo concedido na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 01 de agosto de 2022 ("AGD 01.08.2022"), para o afastamento dos efeitos da redução na classificação do risco (*rating*) da Emissão emitida pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda.; ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, deliberar sobre a alteração da cláusula 7.1, item (j), a fim de modificar o *rating* mínimo da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 26 de janeiro pela Emissora ao Debenturista; iii) Em caso de não aprovação do item (ii) acima, deliberar sobre a prorrogação da suspensão dos efeitos da cláusula 7.1, item (j) da Emissão, nos termos da proposta enviada no dia 30 de janeiro de 2023 pela Emissora ao Debenturista; e iv) Autorizar o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, a celebrar todos os documentos e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da presente assembleia geral. A Emissora informa que deliberará acerca do descumprimento informado no item (i) acima junto ao Debenturista e o Agente Fiduciário de forma oportuna e na sequência. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da AGD. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.
LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

Companhia Têxtil Aliança Industrial
CNPJ nº 33.064.304/0001-71 - NIRE nº 33.3.0003156-1

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Têxtil Aliança Industrial ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 10 de março de 2023, às 10:00 horas, na Rua São José, n.º 40, 4º andar (parte), Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-020, que terá como ordem do dia deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. Companhia Têxtil Aliança Industrial. Renata Turba Santos de Paula - *Diretora Presidente*.

ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.
CNPJ: 23.314.594/0008-87
AUDITORIA AMBIENTAL

A ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 08/02/2023 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento correspondente ao período de set/2021 a set/2022, para operar base de armazenamento e distribuição de combustíveis derivados de petróleo e álcool, com capacidade de armazenamento de 11.500 m³, incluindo dois dutos de transferência de óleo diesel e gasolina da REDUC para a base e informa que este estará à disposição para consulta na Av. Monroe, 810 - Vila Actura - Campos Elíseos no município de Duque de Caxias, no período de 06/03/2023 a 20/03/2023, no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo E-07/204.266/2004).

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/MF nº 40.429.946/0001-92 - NIRE nº 33300031855

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023: (1) Data, Hora e Local: Aos 28 dias de fevereiro de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Porto Real, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Floriano Porto Real n.º 3395 - Centro, Cep: 27.570-000. **(2) Quorum:** Compareceram os acionistas representando a totalidade das ações em que se divide o capital social. **(3) Publicações:** (1) dispensada a publicação do aviso do artigo 133 da Lei 6.404/76, em face da presença da totalidade dos acionistas; (2) o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022 e o respectivo parecer dos Auditores Independentes, no jornal Diário Comercial e no site do jornal Diário Comercial no endereço <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> de 15/02/2023. **(4) Mesa:** Presidente: Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa; Secretária: Elizabeth Tarquínio Monteiro da Costa. **(5) Ordem do Dia:** (1) Exame das contas e do relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022; (2) apuração e destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2022 e (3) fixação dos honorários dos Diretores. **(6) Deliberações:** Tomadas por unanimidade de votos dos presentes: (1) examinados, discutidos e aprovadas as contas, o relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022; (2) o lucro líquido do exercício, apurado consoante o artigo 187 da Lei das S/A, no valor de R\$ 1.319.206,42 (hum milhão, trezentos e doze mil, duzentos e seis reais e quarenta e dois centavos) foram distribuídos da seguinte forma: (a) R\$ 110.043,22 (cento e dez mil, quarenta e três reais e vinte e dois centavos), foram absorvidos por prejuízos anteriores; (b) R\$ 60.458,16 (sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), foram destinados a constituição de reserva legal; (c) R\$ 229.741,00 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e um reais) serão pagos como dividendos obrigatórios conforme Estatuto Social e (d) R\$ 918.964,04 (novecentos e doze mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), foram destinados a constituição de reservas especiais de lucros. O efetivo pagamento dos dividendos será até 31/12/2023 sem incidência de juros ou atualização dos valores declarados e (3) Fixar em um salário mínimo nacional mensal para cada membro da Diretoria, a vigorar a partir de 01/01/2023. **(7) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia para a lavratura desta ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes. **(8) Assinaturas:** Mesa: Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa, Presidente e Elizabeth Tarquínio Monteiro da Costa, Secretária. Acionistas: Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa e Elizabeth Tarquínio Monteiro da Costa. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Luiz Eduardo T. Monteiro da Costa - Presidente - Elizabeth T. Monteiro da Costa - Secretária. Jucerja em 02/03/2023 sob o nº 00005351441. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 33.927.419/0001-42 - NIRE: 33.200.12221-2

Reunião de Sócios - Edital de Convocação. Na forma dos artigos 1.072, 1.074 e 1.152, §3º, do Código Civil, ficam convocados os senhores sócios da **COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 13 de março de 2023, às 9:00h, na sala de reuniões do escritório da Sociedade, localizada na Av. João Cabral de Mello Neto, 850, Bl 02, RJ, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 do capital social, e em 2ª convocação, às 9:15h, com qualquer número, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: - Alteração do endereço da filial da Sociedade localizada no Espírito Santo para a seguinte localidade: Av. Setecentos, s/n., Galpões 8 a 12, sala 8, ES, conforme minuta de alteração do contrato social circundada aos sócios por e-mail: - Designação/eleição dos administradores não sócios **LUIZ WAGNER DOS SANTOS ARAÚJO** e **MARILANES OLÍMPIA DA SILVA**, para representação da sociedade em todos os fins de direito, sempre de forma conjunta. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023. **Sérgio Alves Dias - Sócio administrador.**

Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A.
CNPJ nº 58.984.766/0001-38 - NIRE nº 33.3.0003063-8

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária da Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A. Ficam os acionistas da Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A., ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 10 de março de 2023, às 11 horas, na sede da Companhia, na Rua São José, n.º 40, 4º andar (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-020, que terá como ordem do dia deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. Pereira da Silva Empreendimentos Imobiliários S.A. Renata Turba Santos de Paula - *Diretora Presidente*.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIÓCA S.A.
CNPJ/ME 18.201.378/0001-19 - NIRE 33.3.0030772-9

ATA DA 156ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2023. 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 11 de janeiro de 2023, às 14:00 horas, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Convocação realizada nos termos do artigo 9º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, por videoconferência, mediante o uso do aplicativo Microsoft Teams, com a participação dos Srs. Igor de Castro Camillo, Roberto Vollmer Labarthe, Luciano José Porto Fernandes, Gustavo Marques do Canto Lopes, Pedro Paulo Archer Sutter e Marcus Vinícius Figur da Rosa. Registrada, ainda, a participação do Sr. Paulo Fischer Carneiro e como secretário Rafael Valente Latorre. **3. MESA:** Presidente: Sr. Igor de Castro Camillo. Secretário: Sr. Rafael Valente Latorre. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a celebração do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Patrocinada CVL Nº 010008/2013 ("Sétimo Aditivo ao Contrato de Concessão"), entre o Município do Rio de Janeiro, como Poder Concedente, a Concessionária e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP ("CDURP"), como interveniente-anuente; e (ii) a eleição do Sr. André Luis Pereira Costa para ocupar o cargo estatutário de Diretor Presidente da Companhia, diante da renúncia do Sr. Paulo Ferreira a partir de 02/01/2023. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates discussões, deliberaram: **5.1.** aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "u", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévvia de Acionistas realizada em 09 de janeiro de 2023 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea "xxvii" do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), a celebração do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, entre o Município do Rio de Janeiro, como Poder Concedente, a Concessionária e a CDURP, como interveniente-anuente, nas condições gerais estabelecidas na PD - RPA - CAD 022/2022 - VLT apresentados aos membros do Conselho de Administração, sem prejuízo de eventuais ajustes adicionais pontuais na redação do aditivo que não importem em modificações substanciais das condições aprovadas; e **5.2.** aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévvia de Acionistas realizada em 09 de janeiro de 2023 às 11:00 horas, na forma das cláusulas 4.1.4, alínea "xxxiii" e 4.10.3 do Acordo de Acionistas, diante da renúncia apresentada pelo Sr. Paulo Fernando Mainenti Ferreira ao cargo de Diretor Presidente da Companhia em 02/01/2023, a eleição de **André Luis Pereira Costa**, brasileiro, casado, engenheiro de computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.698.284-3 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 281.775.618-55, com endereço profissional na Rua da União, nº. 11 (parte), Santo Cristo, CEP: 20.220-505, Rio Janeiro/RJ, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, com mandato até 13/01/2024, juntamente com o mandato dos demais Diretores Estatutários da Companhia. O Diretor Presidente ora eleito tomará posse de seu cargo por meio da assinatura do respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento assinado e que será arquivado na sede da Companhia, arquivado na Companhia, tendo declarado ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"), e não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que o obste de exercer as funções de administrador da Companhia. Os membros do Conselho de Administração agradecem o Sr. Paulo Fernando Mainenti Ferreira pelos relevantes serviços prestados à Companhia em seu mandato e saúdam o novo Diretor Presidente eleito, Sr. André Luis Pereira Costa, desejando-lhe sucesso no exercício do novo cargo. Diante da deliberação constante no item 5.2., a Diretoria Executiva da Companhia, a partir desta data, passa a ser composta pelos seguintes diretores: (1) **Diretor Presidente:** André Luis Pereira Costa, brasileiro, casado, engenheiro de computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.698.284-3 SSP/SP inscrito no CPF/ME sob o nº 281.775.618-55, eleito na presente data; e (2) **Diretor de Planejamento:** Márcio Magalhães Hannas, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de identidade RG nº 06.470.370-5 - IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 081.286.358-59, eleito em 13/01/2022; ambos com mandato até 13/01/2024, devendo os mesmos permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **6. MANIFESTAÇÕES E REGISTROS:** As manifestações de voto por escrito encaminhadas à mesa pelos Conselheiros Srs. Igor de Castro Camillo, Márcio Magalhães Hannas e Luciano José Porto Fernandes ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 11 de janeiro de 2023. **Mesa:** Igor de Castro Camillo - Presidente. Rafael Valente Latorre - Secretário. **Membros:** Igor de Castro Camillo; Gustavo Marques do Canto Lopes; Roberto Vollmer Labarthe; Luciano José Porto Fernandes; Pedro Paulo Archer Sutter; Marcus Vinícius Figur da Rosa. Arquivada na Jucerja nº 5281963 em 26/01/2023.

Marlim Azul Energia S.A.

CNPJ nº 29.884.534/0001-00
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021				Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021				Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021			
Balanco Patrimonial				Balanco Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021				
Ativo/Circulante		226.004	288.052	Passivo/Circulante		217.252	166.020	Capital Reserva			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	214.098	246.267	Fornecedores	10	113.859	118.707	Subs- crito			
Outras receitas (despesas) operacionais		166	8.456	Obrigações trabalhistas	11	9.562	8.456	capital			
Impostos a recuperar CP	5	7.724	2.418	Tributos a recolher	12	2.580	2.580	patrimonial			
Prêmios de seguros a apropriar	20	3.686	5.685	Passivos de arrendamentos	14	710	13	ada			
Despesas antecipadas	6	4.772	6.461	Instrumentos financeiros derivativos passivo	7	3.708	3.460	Total			
Instrumentos financeiros derivativos	7	283	33.641	Provisões	15	9.716	32.804	Saldo em 31/12/2020	252.882	2.545	67.656
Não Circulante		2.654.911	2.089.371	Empréstimos e financiamentos CP	13	79.697	—	Integralização de capital	183.349	1.414	—
Impostos diferidos	19	35.989	25.870	Não Circulante		2.195.643	1.797.397	Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	(56.866)
Prêmios de seguros a apropriar LP	20	2.888	5.835	Empréstimos e financiamentos LP	13	2.195.643	1.797.397	Prejuízo do exercício	—	—	(19.074)
Despesas antecipadas LP	6	121	121	Patrimônio líquido		468.020	414.006	Saldo em 31/12/2021	436.231	3.959	30.790
Imobilizado	8	2.589.669	2.228.105	Capital Social	16	535.036	436.231	Integralização de capital	98.805	1.970	—
Intangível	9	33.244	29.440	Reserva de capital	16	5.929	3.959	Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	(26.624)
Total do ativo		2.880.915	2.377.423	Ajuste de avaliação patrimonial	16	4.166	30.790	Prejuízo do exercício	—	—	(20.137)
				Prejuízos acumulados		(77.111)	(56.974)	Saldo em 31/12/2022	535.036	5.929	4.166

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: Em 8 de março de 2018, foi constituída Marlim Azul Energia S.A. ("Companhia"), que tem como objeto social o desenvolvimento e a exploração de usina termelétrica de geração de energia elétrica, operando em ciclo combinado, e uma linha de transmissão aérea, localizada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional desde a sua constituição até a data deste relatório. A Companhia participou de leilão de venda de energia em dezembro de 2017 e já tem sua produção futura de energia vendida no mercado regulado através de contratos de fornecimento para 25 anos. Durante os anos de 2019 até 1º semestre de 2023 a Companhia executará a construção da usina que já detém a licença de instalação e iniciará operação comercial logo a obra seja concluída em 2023. A Usina termelétrica terá 565.500 MW de capacidade instalada, sendo 420 MW em vendas no 2º Leilão de energia nova em 2017 (ACR) para 25 anos de fornecimento e 50MW em vendas no mercado livre (ACL) para 25 anos de fornecimento. Durante o ano de 2022 a construção da UTE e das demais obras acessórias à implantação do empreendimento avançaram vigorosamente refletindo nos números dessa demonstração financeira. As obras acessórias à implantação do empreendimento estão em comissionamento para entrada em operação em 2023. A administração entende que os acionistas e o contrato de financiamento firmado com o BNDES em dezembro de 2019 continuará a prover o suporte financeiro necessário para implementação do projeto e manutenção de suas atividades até que se inicie a operação comercial e seus resultados deem suporte para a continuidade. O plano de negócios da companhia aprovado em dezembro de 2022 mantém projeções de geração de resultados para a companhia demonstrando a capacidade de empreendimento em atingir os objetivos visados pelos seus acionistas. Em preparação para a nova fase da companhia com a entrada em operação em 2023, Marlim Azul já assinou contratos importantes para o bom andamento das suas operações como o de suprimento de partes e serviços incluindo os principais equipamentos para manutenções por 25 anos, de suprimento de gás natural por 25 anos e de serviços de O&M por 25 anos. **2. Políticas contábeis:** A autorização para consolidação das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2023. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativo e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros são classificados por meio de outros resultados abrangentes e investimentos em instrumentos financeiros derivativos podendo estar classificados como ativos não-circulante ou passivos não circulantes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores nacionais, empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. d) Imobilizado: O valor em andamento de terrenos e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamento para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir: • Benefícios em imóveis de terceiros: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Outros imobilizados: 6 a 7 anos. e) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos por aquisição são gastos com o projeto mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, e iremos incluir a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os custos dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os benefícios de incentivo reconhecidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Direito de uso do escritório São Paulo (aluguel): 3 anos; f) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o custo recuperável nas operações de avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição federais diferidos, avaliação da posição de hedge, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. h) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o ativo e o passivo são mensurados ao valor justo, mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o ativo e o passivo são mensurados pelo valor presente do crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. i) Demonstração do fluxo de caixa indireto: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada a partir do método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). j) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. k) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuro, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um contrato reconhecido no início de um relacionamento de hedge; a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos

os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. l) Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **3.1. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022:** As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **3.2. Reapresentação:** Após reavaliação e objetivando corrigir a classificação de caixa das atividades operacionais, de investimento e o financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia está reapresentando a demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, alinhada com a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro. Ressalta-se que a reclassificação não impacta o montante total do fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

31/12/2021				31/12/2022			
	Original	Ajustes	Reapresentado		Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(28.787)	—	(28.787)	Outros	922	—	922
Outros	(724)	1.448	724	Baixa de ativo imobilizado	(28.579)	1.448	(27.131)
(Aumento) redução nos ativos							
Outros	114.406	—	114.406	Tributos a recuperar	(10.999)	9.713	(1.286)
Tributos a recuperar	(10.999)	9.713	(1.286)	Provisões	(21.380)	21.380	—
Provisões	(21.380)	21.380	—				
Caixa proveniente das atividades operacionais	53.448	32.541	85.989	Outros	(12.517)	—	(12.517)
Outros	922	—	922	Aquisição de imobilizado	(1.141)	93.612	(1.048.228)
Aquisição de imobilizado	(1.141)	93.612	(1.048.228)	Instrumentos financeiros derivativos	(4.188)	60.286	56.098
Instrumentos financeiros derivativos	(4.188)	60.286	56.098				
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(1.158.543)	153.898	(1.004.645)				
Atividades de financiamento							
Outros	168.589	—	168.589	Outros	168.589	—	168.589
Outros	168.589	—	168.589	Captação de empréstimos	960.325	(185.325)	775.000
Captação de empréstimos	960.325	(185.325)	775.000	Amortização custo de transação	1.114	(1.114)	—
Amortização custo de transação	1.114	(1.114)	—				

8. Imobilizado:				Saldo em 31/12/2020				Saldo em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022				
	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo
Terrenos	30.468	—	—	—	—	30.468	—	—	—	—	30.468	—	—	—	—	30.468
Obras em andamento	358.307	637.382	—	(330.488)	—	665.201	—	—	—	—	665.201	—	—	—	—	665.201
Benefitória em imóveis de terceiros	215	23	—	—	(51)	187	—	—	—	(51)	187	—	—	—	—	187
Móveis e utensílios	247	3	—	—	(30)	220	—	—	—	(30)	220	—	—	—	—	220
Equipamentos de informática	463	528	—	—	(107)	884	—	—	—	(107)	884	—	—	—	—	884
Máquinas e equipamentos	31.101	470.475	(724)	401.631	—	902.483	—	—	—	—	902.483	—	—	—	—	902.483
Imobilizado de terceiros	4	—	—	—	—	4	—	—	—	—	4	—	—	—	—	4
Adiantamento imobilizado	464.926	33.021	—	(401.631)	—	96.316	—	—	—	—	96.316	—	—	—	—	96.316
Edificações e Obras Civil	—	—	—	—	330.488	—	—	—	—	—	330.488	—	—	—	—	330.488
Custo de transação	—	1.854	—	—	—	1.854	—	—	—	—	1.854	—	—	—	—	1.854
Total	895.731	1.143.286	(724)	—	(188)	2.028.105	—	—	—	(188)	2.028.105	—	—	—	—	2.028.105
Terrenos	30.468	48	—	—	—	30.516	—	—	—	—	30.516	—	—	—	—	30.516
Obras em andamento	665.201	339.539	—	62.889	—	1.067.629	—	—	—	—	1.067.629	—	—	—	—	1.067.629
Benefitória em imóveis de terceiros	187	20	—	12	(51)	137	—	—	—	(51)	137	—	—	—	—	137
Móveis e utensílios	247	699	—	—	30	901	—	—	—	30	901	—	—	—	—	901
Equipamentos de informática	884	2.319	—	—	(97)	1.142	—	—	—	(97)	1.142	—	—	—	—	1.142
Máquinas e equipamentos	902.483	2.127	(159)	(286)	—	923.165	—	—	—	—	923.165	—	—	—	—	923.165
Imobilizado de terceiros	4	—	—	(4)	—	—	—	—	—	(4)	—	—	—	—	—	—
Adiantamento imobilizado	96.316	—	—	(62.543)	—	33.773	—	—	—	—	33.773	—	—	—	—	33.773
Edificações e Obras Civil	330.488	189.284	(269)	—	—	519.503	—	—	—	—	519.503	—	—	—	—	519.503
Custo de transação	1.854	2.226	—	—	—	4.080	—	—	—	—	4.080	—	—	—	—	4.080
Total	2.028.105	555.243	(428)	(28)	(223)	2.582.669	—	—	—	(223)	2.582.669	—	—	—	—	2.582.669

Estão registrados os gastos para a construção do empreendimento termelétrico em "Obras em andamento", incluindo gastos com o início do processo construtivo. Em 28 de novembro de 2018, a Companhia adquiriu terreno localizado na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, da companhia Agrivale Incorporação e Construção S.A., registrado em 14 de fevereiro de 2019 junto ao 5º Cartório do Distrito Córrego do Ouro. Também estão registradas beneficiárias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios e equipamentos de informática utilizados no processo construtivo em São Paulo. Ao longo do ano de 2022, a companhia continuou com o processo construtivo e de contratação de grandes fornecimentos, tendo executado a aquisição de materiais, serviços, obras civis, máquinas e equipamentos para instalação do empreendimento, incluindo, mas não limitado a engenharia, sistemas de transformação entre outros. Custos de empréstimos capitalizados: A Companhia iniciou a construção da Usina Marlim Azul em fevereiro de 2019. O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$429.583 e (R\$218.800 em 2021) nas demonstrações financeiras.

9. Intangível:				Saldo em 31/12/2020				Saldo em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022				
	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo
Direito de uso	311	11	—	—	(308)	14	33%	—	—	—	14	33%	—	—	—	14
Software	1.601	600	—	—	(434)	1.767	20%	—	—	—	1.767	20%	—	—	—	1.767
Outros intangíveis	113	—	—	—	(2)	111	20%	—	—	—	111	20%	—	—	—	111
Direito de passagem	15.642	11.906	—	—	(27.548)	—	0%	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	17.967	12.517	—	—	(744)	29.440	—	—	—	—	29.440	—	—	—	—	29.440
Direito de uso	14	1.002	(14)	—	(335)	667	33%	—	—	—	667	33%	—	—	—	667
Software	1.767	1.297	—	—	(131)	496	20%	—	—	—	496	20%	—	—	—	496
Outros intangíveis	111	—	—	—	(103)	2	6%	—	—	—	2	6%	—	—	—	2
Direito de passagem	27.548	2.324	—	—	(29.872)	—	0%	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	29.440	4.623	(14)	—	(28)	(833)	33.244	—	—	—	33.244	—	—	—	—	33.244

o saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2022 é composto por R\$2.699 (R\$1.767 em 2021) de software referente a aquisição de sistemas operacionais e R\$29.872 (R\$27.548 em 2021) de direito de passagem, direito de uso de imóveis totalizando R\$668 (R\$14 em 2021), e outros intangíveis no total de R\$6 (R\$111 em 2021).

10. Fornecedores:				Saldo em 31/12/2020				Saldo em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022				
	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo
Fornecedores nacionais	18.974	53.085	—	—	—	72.059	—	—	—	—	72.059	—	—	—	—	72.059
Fornecedores estrangeiros	94.885	65.622	—	—	—	160.507	—	—	—	—	160.507	—	—	—	—	160.507
Total	113.859	118.707	—	—	—	232.566	—	—	—	—	232.566	—	—	—	—	232.566

Os fornecedores registrados em 31 de dezembro de 2022, referem-se quase que em sua totalidade a fornecedores de serviços e materiais relacionados a implantação da Usina Marlim Azul.

DOCUMENTO

Poupatempo realiza 1,3 milhão de atendimentos de CNH no início de 2023

Por meio dos mutirões que o Poupatempo realiza em parceria com o Detran.SP sempre nos dois últimos finais de semana de cada mês, quase 40 mil atendimentos de Carteira Nacional de Habilitação foram concluídos.

O Poupatempo já registra 1,3 milhão de atendimentos da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. O serviço pode ser realizado pelos canais digitais, onde foram feitas mais da metade das solicitações, cerca de 670 mil, e nas unidades físicas do programa, especialmente quando há necessidade de alteração de dados, onde foram contabilizados 630 mil pedidos do documento.

Por meio dos mutirões que o Poupatempo realiza em parceria com o Detran.SP sempre nos dois últimos finais de semana de cada mês, quase 40 mil atendimentos de CNH foram concluídos. Os serviços presenciais devem ser agendados antecipadamente e de forma gratuita nos canais eletrônicos do Poupatempo.

Os mutirões acontecem para atender a demanda de CNHs vencidas em 2022, que tiveram o prazo de renovação



Os mutirões de atendimento no Poupatempo acontecem para atender a demanda de CNHs vencidas em 2022

estendido por meio de deliberação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), e as com vencimento em 2023, já que este ano voltou a valer o cronograma habitual de renovação, conforme consta em cada documento.

O prazo máximo para regu-

larização das CNHs vencidas entre julho e dezembro de 2022 vai até 31 de agosto deste ano.

Canais digitais do Poupatempo

Pelo portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital, totens de atendimento e no assistente

virtual "P", disponível também no WhatsApp pelo número (11) 95220-2974, os cidadãos podem acessar os cerca de 260 serviços eletrônicos oferecidos pelo programa. Entre eles, estão a renovação de CNH, licenciamento digital, pesquisa de débitos de veículos, consulta

de IPVA, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego e emissão do Atestado de Antecedentes Criminais, por exemplo.

O agendamento, obrigatório para o atendimento presencial, é também deve ser feito pelos canais eletrônicos oficiais do programa, de forma gratuita.

A renovação simplificada deve ser feita preferencialmente de forma remota, seja via Poupatempo ou nos canais do Detran.SP. Para isso, o motorista só precisa seguir o passo a passo do atendimento online, realizar o exame médico na clínica indicada durante o processo. O novo documento será enviado pelos Correios ao endereço de cadastro da CNH.

Os motoristas com CNH nas categorias C, D ou E precisam fazer o exame toxicológico em laboratório credenciado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) com antecedência. O exame é válido por dois anos e meio para menores de 70 anos e tem a mesma validade da CNH para maiores de 70 anos. O condutor também pode solicitar a mudança de

categoria nos canais digitais, inclusive durante o processo de renovação simplificada.

Para renovar a CNH, basta acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br ou aplicativo Poupatempo Digital, clicar em Serviços > CNH > Renovação de CNH. Após confirmar ou atualizar os dados, o motorista agenda o exame médico na clínica credenciada indicada pelo sistema.

Quem exerce atividade remunerada ou optar pela inclusão do EAR na CNH também precisa passar por avaliação psicológica e será direcionado a um profissional credenciado.

Após a aprovação nos exames, é necessário pagar a taxa de emissão e aguardar as orientações que serão enviadas por e-mail pela Senatran para acessar a CNH Digital. Ela tem a mesma validade do documento físico e fica disponível pelo aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). O código de segurança para acessar a CNH digital também pode ser consultado nos canais eletrônicos do Poupatempo.

RESPOSTA

Governo anuncia medidas para mitigar cheias no estado

O governador Tarcísio de Freitas visitou nesta quinta-feira (2) as condições da Barragem e Eclusa da Penha, localizada na cidade de São Paulo. Durante a ação, ele anunciou medidas para mitigar os impactos das cheias na Região Metropolitana. A estrutura tem papel importante no sistema hídrico por ser responsável pelo controle de vazão do Rio Tietê e por regular as cheias na Bacia do Alto Tietê.

Além de recuperar a funcionalidade de quatro das seis comportas da infraestrutura hídrica, o chefe do Executivo paulista falou que adotará um plano de desassoreamento de rios. A medida, segundo Tarcísio de Freitas, tem potencial de reduzir os impactos das cheias sobre a população que vive em bairros localizados em áreas de várzea. Porém, será preciso desenvolver um plano de ocupação territorial para retirar milhares de famílias desse tipo de localidade no estado.

"Essa barragem tem um papel fundamental para o controle de cheias da cidade de São Paulo, com a operação conjunta com o Pinheiros. Vamos fazer uma obra de recuperação das comportas que não estão funcionando hoje. Em dois meses, devemos estar com operação plena das seis comportas. Vamos iniciar um grande programa de desassoreamento do Tietê e outros rios", destacou o governador.

Tarcísio de Freitas detalhou como será feito o processo para desassorear os rios. "Vamos trabalhar em duas etapas. Em uma primeira, fazendo contratos de desassoreamento. E vamos pensar em uma parceria público-privada, que será ainda



O governador do estado, Tarcísio de Freitas, visitou condições de barragens

mais abrangente, com controle de determinados aspectos que têm interferência em cheias. Mas aí há um tempo de modelagem que vamos precisar."

Manutenção

Além do cuidado com a barragem, que receberá aperfeiçoamentos nos próximos meses, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), também trabalha no desassoreamento e manutenção em cerca de 62 quilômetros do Rio Tietê na capital e Região Metropolitana. Em 2022, por exemplo, foram removidos cerca de 624,6 mil m³ de sedimentos como lodo, areia e lixo. Além disso, mais de 6,5 mil pneus foram retirados do canal nesse processo.

O DAEE realiza ainda o desassoreamento em outros 41 quilômetros do Rio Tietê. A ação tem benefício direto por permitir maior navegabi-

lidade em um trecho de mais de 13 quilômetros acima da barragem, aumenta a capacidade de escoamento do canal e evita enchentes em caso de chuvas intensas, além de contribuir para a melhoria da qualidade das águas.

O governador também acompanhou a chegada de ajuda humanitária da Defesa Civil do Estado de São Paulo a Itaquaquecetuba. Lá, foram entregues 3,5 toneladas de doações à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A iniciativa foi realizada em parceria com o Fundo Social de São Paulo (Fussp).

A cidade já recebeu mais de mil itens em ajuda humanitária da Defesa Civil, como cestas básicas, colchões, cobertores e kits de limpeza, totalizando um aporte de R\$ 125,5 mil. Ainda na região, Tarcísio de

Freitas também visitou o bairro Vila Maria Augusta para avaliar os danos causados pelas chuvas na região.

Ainda nesta quinta-feira, o governador paulista fez um sobrevoo sobre uma área de risco de deslizamento de encostas em Ferraz de Vasconcelos.

A ampliação da malha de transporte metropolitano sobre trilhos também esteve em pauta. O governador Tarcísio de Freitas falou que uma das prioridades será ampliar a rede para cidades da Região Metropolitana de São Paulo, como Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

"Queremos levar o metrô para Guarulhos e para a região do ABC. É importante começar a tirar o metrô da cidade de São Paulo e levar para a Região Metropolitana. São investimentos pesados, investimentos que levam tempo, mas temos que dar os primeiros passos", destacou.

A Linha 19-Celeste, que atenderá Guarulhos, foi incluída no pacote de projetos qualificados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo (PPI-SP) nesta semana.

Além disso, o governador paulista falou sobre o andamento do projeto de construção do Trevo Bonsucesso, também em Guarulhos. Ele relatou que as obras poderão ser iniciadas uma vez que o projeto passe pela fase de creditação. "Tão logo essa creditação termine, a obra vai poder começar. O Trevo de Bonsucesso, em breve, vai ser uma realidade. Estamos bastante empenhados nisso."

CHUBB CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 03.502.099/0001-18 - NIRE 35.300.174.542

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 01 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Chubb Seguros Brasil S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sr. **Antônio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade** - Presidente; e **Marcos Krause** - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a ratificação da renúncia do Sr. **Mário Rafael Almeida Alencar**, como gestor diretamente responsável pela Unidade de Auditoria Interna da Companhia; (II) nomeação da Sra. **Milena da Silva Gouveia** como gestora da unidade de auditoria interna da Companhia. **5. Deliberações:** Os conselheiros, por unanimidade de votos, sem qualquer reserva ou ressalva, aprovaram: (I) ratificar a renúncia do Sr. **Mário Rafael Almeida Alencar**, brasileiro, casado, auditor, portador da cédula de identidade RG nº 36.295.578-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 230.403.568-01, do cargo de gestor diretamente responsável pela Unidade de Auditoria Interna da Companhia, a qual ocorreu em 01 de fevereiro de 2023, conforme Termo de Renúncia anexo à presente; (II) a nomeação da Sra. **Milena da Silva Gouveia**, brasileira, solteira, auditora, portadora da cédula de identidade RG nº 41.293.676-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 424.700.428-01, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920, como gestora diretamente responsável pela Unidade de Auditoria Interna da Companhia a partir de 01 de fevereiro de 2023. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: **Antônio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade** - Presidente e **Marcos Krause** - Secretário. **Conselheiros:** **Antônio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade**, **Roberto Salcedo Reyes** e **Angel Ignacio Díaz Millán**. A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de fevereiro de 2023. **Antônio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade** - Presidente; **Marcos Krause** - Secretário. **JUCESP** nº 87.409/23-9 em 27/02/2023. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral.

J&T Express Brazil Ltda.
CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em **primeira convocação, no dia 09 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: (I) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Juazeiro, Estado da Bahia, na Avenida Irmã Dulce, nº 924, Alto da Aliança, CEP 48909-241; (b) Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Rua Manoel Correa, nº 1.215, Sala 02, Tuiuti, CEP 83206-030; (c) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (d) Município de Valença, Estado da Bahia, na Rua Augusto Frederico de Lacerda, nº 220, Quadra E, Lote 91B, Graça, CEP 45400-000; (e) Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais, na Rua Djalma Prado, nº 44, Vicente Guabiroba, CEP 39740-000; (f) Município de Allianças, Estado de Minas Gerais, na Avenida Jovino Fernandes Salles, nº 1.295, Residencial Novo Horizonte, CEP 37133-690; (g) Município de Igatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; (h) Município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, na Rua Yolanda Paixão, nº 790, Santa Luzia, CEP 64770-000; (i) Município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, na Rua Orozimbo Tolentino, nº 192, Maria Lúcia, CEP 39680-000; (j) Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Manoel Rodrigues Franco, nº 36, Aristeu da Costa Rios, CEP 37558-458; (k) Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, na Rua Vicente Fialho, nº 600, Quadra 046, Campinho, CEP 65200-000; (l) Município de Toledo, Estado do Paraná, na Rua Aparecido Lopes Castilho, nº 255, Jardim Panorama II, CEP 85911-118; (m) Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, na Avenida Angelo Pizzato, nº 242, Universitário, CEP 89874-000; (n) Município de Irali, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (o) Município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 1.346, Loja C, Colônia do Marçal, CEP 36302-016; (p) Município de Araguaína, Estado do Tocantins, na Rua Tocantinópolis, nº 22, Quadra E, Lote 10, Setor 137, Loteamento São Francisco, CEP 77823-350; (q) Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, na Rua Doutor Mucio Contino, nº 44 B, Centro, CEP 35540-000; (r) Município de Avaré, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 116, Lote 5, Quadra F, Jardim Dona Laura, CEP 18703-180; e (s) Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Guilherme Hering, nº 44, Sala 2, Centro, CEP 89251-360. (II) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 1º de março de 2023. **QIANG WANG** - Diretor Presidente

Comunicado

MARIA CLARA JACINTO VALLADÃO, Prezada (a) Sr. (a) FUNCIONÁRIO (A), A Rede D'Or São Luiz S.A. informa que cumpriu todas as obrigações relativas ao seu contrato de trabalho, não ocorrendo a prática de qualquer irregularidade, portanto, não concordando com a alegação de cabimento de demissão por rescisão indireta do contrato de trabalho. Diante da situação acima mencionada e com a manifestação externada em sua ação judicial, estamos acatando seu pedido como solicitação de demissão (**Pedido de Demissão**). Dessa forma, considera-se rescindido o contrato de trabalho a partir de **01/03/2023**, sendo que V.Sa. deverá comparecer no dia 13/02/2023, no endereço Rua Desembargador Aguiar Valim, 95 - Vila Nova Conceição/SP às 13h30, para realizar o procedimento administrativo/demissional, incluindo o exame médico demissional, conhecimento do pagamento das verbas rescisórias devidas, bem como, agendamento da homologação da rescisão contratual. Sendo o que nos cumpria para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente, **REDE D'OR SÃO LUÍZ S.A.**

BRV São Caetano Empreendimentos Imobiliários S.A.					
CNPJ/MF nº 18.003.115/0001-03					
Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em reais - R\$)					
	2022	2021		2022	2021
Balancos patrimoniais			Balancos patrimoniais		
Ativo	13.635.290	13.582.029	Passivo e Patrimônio Líquido	13.635.290	13.582.029
Caixa e equivalentes de caixa	230.885	179.337	Passivo circulante	3.638	2.925
Estoques de imóvel a comercializar	13.402.270	13.402.270	Fornecedores	2.283	2.176
Impostos a recuperar	2.135	421	Impostos e contribuições a recolher	1.355	750
Total do ativo	13.635.290	13.582.029	Patrimônio líquido	13.631.652	13.579.103
Vitor Michele Zirulo - Diretor			Capital social	17.655.100	17.355.100
Marcos Antonio da Silva - Diretor			Prejuízos acumulados	(4.023.448)	(3.775.997)
Alexandre Henrique Borges			Total do passivo e do patrimônio líquido	13.635.290	13.582.029
CRC: CT 1SP 217.243/O-3					
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia no site https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal .					
			Demonstrações dos Resultados abrangentes (Prejuízo) dos exercícios	2022	2021
			Resultado abrangente	(247.452)	(420.875)
			total dos exercícios	(247.452)	(420.875)
			Resultados operacionais	2022	2021
			Despesas gerais e administrativas	(76.874)	(253.032)
			Despesas tributárias	(192.446)	(174.362)
			(Prejuízo) antes do resultado financeiro	(269.320)	(427.394)
			Resultado financeiro	(812)	(1.009)
			Despesas financeiras	29.842	9.906
			Recebíveis financeiros	(240.289)	(418.497)
			IR e da CSLL	(7.162)	(2.378)
			IR e CS	(247.452)	(420.875)
			Prejuízo do exercício por ação (R\$)	(0,01)	(0,02)

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0AF6-3038-62C4-574D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0AF6-3038-62C4-574D



Hash do Documento

F6870AC0C1F9036DFBBA938886CCF8C303484B957888EFCF190B94690F4F1F04

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
02/03/2023 22:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

